



Anais da Assembléia

Nº 65

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

ATA DE INSTALAÇÃO N.º 059 DO SEGUNDO PERÍODO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 1984.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Airton Cordeiro.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguo Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a Sessão e instalado o Segundo Período de Sessões Ordinárias da Segunda Sessão Legislativa da Décima Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 122/84. *129/84* Curitiba, 14 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Toledo, objetivando regular a implantação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa

Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM 124/84

Curitiba, 15 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer, em consonância com a Legislação Federal pertinente, normas para fixação e cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná pela execução dos serviços do Registro do Comércio e atividades afins.

O presente anteprojeto de lei tem sua justificativa primordial no fato de que, sendo de competência da União legislar sobre as Juntas Comerciais, houve por bem o Governo Federal editar o Decreto Lei n.º 2.056, de 19 de agosto de 1983, estabelecendo novos parâmetros de cobrança dos serviços do Registro do Comércio de tais órgãos e melhor dotá-los financeiramente, em prol das atividades sócio-econômicas, das quais os empresários são os beneficiários diretos e com reflexos no próprio desenvolvimento do Estado.

Fulcrado, pois, o presente anteprojeto nessa evidência, ressalta como corolário lógico a suspensão de efeitos de dispositivos da Lei Estadual 7.427, de 29 de dezembro de 1.980, que adotou sistemática de cobrança de remuneração dos serviços do Registro do Comércio, através de taxas pelos atos dos empresários individuais e das sociedades comerciais, em razão do capital adotado e pelas atividades afins.

Assim, tal sistemática não poderá mais perdurar, pois que incompatibiliza-se, frontalmente, com o novo sistema preconizado pelo citado Decreto-Lei Federal 2.056/83, que estabelece a cobrança de valores remuneratórios dos serviços do Registro do Comércio, através da categoria de preços públicos e por natureza ou espécie dos documentos a serem arquivados e, ainda, com base no valor das ORTN's do mês de dezembro de cada ano, dentro dos limites da Tabela Vinculada àquele diploma federal.

Ademais, a edição de novo diploma legal no âmbito estadual, objeto do presente anteprojeto é cabível e justifica-se pela competência do Estado para legislar supletivamente sobre a matéria.

Cumprе ressaltar que a atribuição de competência ao Governador do Estado para a aprovação da Tabela referencial de preços está justificada, cabalmente, pela letra e espírito do referido Decreto-Lei Federal, e visa, sobretudo, objetividade operacional e desburocratização na agilização da instrumentalidade pertinente à disciplina e execução dos serviços da autarquia, com vistas aos interesses da Administração Pública do Estado e ao fomento do universo empresarial paranaense.

De outra margem, igualmente, tem respaldo legal a determinação de que seja arrecadada diretamente pela Junta Comercial a receita pela contraprestação de seus serviços, pois, com isto, objetivou-se viabilizar condições melhores de pleno funcionamento do órgão, voltado à disciplina legal dos atos das entidades mercantis do comércio e da indústria.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A execução dos serviços do Registro do Comércio e Atividades afins de que é incumbida a Junta Comercial do Paraná será remunerada até os limites da Tabela Referencial do Anexo I e as multas serão definidas até os limites constantes da Tabela Referencial do Anexo II, que integram a presente Lei, conforme o disposto no Decreto - Lei Federal nº 2.056, de 19 de agosto de 1983.

Parágrafo único. A base de cálculo para a cobrança da remuneração de que trata o "caput" deste artigo terá como referência as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, do mês de dezembro de cada ano, para vigorar no ano seguinte.

Art. 2º - A aprovação das Tabelas de remuneração dos serviços do Registro do Comércio e das multas, será de competência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - A receita proveniente da remuneração devida pela execução dos serviços do Registro do Comércio será feita diretamente pela Junta Comercial do Paraná, conforme dispõe o art. 5º do Decreto - Lei Federal nº 2.056, de 19 de agosto de 1983.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I - TABELA DE REFERÊNCIA PARA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO PRESTADOS PELA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ.

1 - FIRMA INDIVIDUAL	ORTN's
1.1 - Constituição	2,50
1.2 - Anotação de mudança de endereço (exclusivamente)	0,50
1.3 - Anotação	2,00
1.4 - Cancelamento	1,00
2 - SOCIEDADE, EXCLUSIVE SOCIEDADE ANÔNIMA, EM COMANDITA POR AÇÕES E COOPERATIVAS.	
2.1 - Contrato social	6,00
2.2 - Alteração de endereço (exclusivamente)	1,00
2.3 - Alteração contratual	5,00
2.4 - Distrato social	3,00
2.5 - Liquidação	3,00
3 - EMPRESA PÚBLICA, SOCIEDADE ECONOMIA MISTA, COOPERATIVAS, SOCIEDADES ANÔNIMAS E EM COMANDITA POR AÇÕES.	
3.1 - Atos constitutivos	11,00
3.2 - Ata de Assembléia Geral Extraordinária	8,00
3.3 - Ata de Assembléia dos Debenturistas	8,00
3.4 - Ata de Assembléia Geral Ordinária	8,00
3.5 - Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10,00
3.6 - Ata de Assembléia Geral de Fusão, Cisão, Incorporação, Transformação e Liquidação	11,00
3.7 - Ata de reunião de Diretoria sem emissão de ação	8,00
3.8 - Ata de reunião de Diretoria com emissão de ação	9,00
3.9 - Ata de reunião do Conselho de Administração	8,00
3.10 - Ata de reunião do Conselho Fiscal	8,00
4 - CONSÓRCIO E GRUPO DE SOCIEDADES	
4.1 - Registro	11,00
4.2 - Alteração	6,00
4.3 - Cancelamento	8,00
5 - FILIAL, SUCURSAL E OUTROS	
5.1 - Abertura	2,50
5.2 - Alteração	2,00
5.3 - Cancelamento	1,50

6 - PROTEÇÃO AO NOME COMERCIAL

6.1 - Arquivamento	5,00
6.2 - Alteração	5,00
6.3 - Cancelamento	2,00

7 - DOCUMENTOS DIVERSOS

7.1 - Arquivamento ou anotação de publicações de atos de sociedade ou de firmas individuais	3,00
7.2 - Arquivamento de carta de gerente	1,50
7.3 - Arquivamento de procuração	3,00
7.4 - Cancelamento de Procuração	1,50
7.5 - Arquivamento de emancipação	3,00
7.6 - Arquivamento de outros documento de interesse da empresa	3,00

8 - AGENTES AUXILIARES DO COMÉRCIO

8.1 - Matrícula de tradutor e intérprete comercial	5,00
8.2 - Matrícula de preposto de tradutor e intérprete comercial	2,50
8.3 - Cancelamento da matrícula de tradutor e intérprete comercial	1,10
8.4 - Nomeação "Ad Hoc" de tradutor e intérprete comercial	1,00
8.5 - Matrícula de leiloeiro	5,00
8.6 - Matrícula de preposto de leiloeiro	2,50
8.7 - Cancelamento da matrícula de leiloeiro ou preposto de leiloeiro	1,10
8.8 - Nomeação de trapicheiro, administrador de armazém de depósito, corretor oficial de mercadoria e avaliador comercial	5,00
8.9 - Cancelamento de nomeação de trapicheiro, administrador de armazém de depósito, corretor oficial de mercadoria e avaliador comercial	1,10
8.10 - Matrícula e cancelamento da matrícula de empresa de armazém geral	6,50
8.11 - Fiscalização de armazém geral e trapiche por unidade de operação anualmente	20,00
8.12 - Fiscalização de leiloeiro - por leilão realizado	2,00

9 - AUTENTICAÇÃO

9.1 - Livro encadernado ou bloco de fichas sanfonadas	1,00
9.2 - Conjunto de fichas avulsas	
9.2.1 - Até 100 fichas	1,50
9.2.2 - Acima de 100 fichas, por lote adicional de até 50 fichas	0,50
9.3 - Livro encadernado ou bloco de fichas sanfonadas por termo de transferência	1,00
9.4 - Outros documento - por via excedente de três	0,25

10 - CERTIDÃO E BUSCA

10.1 - Por folha fotocopiada (incluindo fotocópia e autenticação)	0,50
10.2 - Por folha datilografada	0,50
10.3 - Simplificada (Portaria DNRC/Nº 08/80)	0,40
10.4 - Telex por linha transcrita	0,05
10.5 - Busca ou consulta de documento	
Por documento	0,25

11 - RECURSO

11.1 - Pedido de reconsideração	1,00
11.2 - Interposição de recurso (art. 4º do decreto nº 86.764/81)	2,00
11.3 - Interposição de recurso (art. 53 da lei nº 4.726/65)	8,00

12 - EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA DE COMERCIANTE

12.1 - Titular de firma individual	1,00
12.2 - Diretor, gerente ou representante de sociedade e outros	2,00

NOTA

São reduzidos em 30% (trinta por cento) os valores da remuneração dos serviços do Registro do Comércio, referentes ao arquivamento de documentos de entidades mercantis com capital de até Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

ANEXO II - TABELA DE REFERÊNCIA PARA AS MULTAS APLICADAS PELA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ.

ORTN's

- 1 - Por infrações capituladas nas leis ou regulamentos que disciplinam as atividades de Agentes Auxiliares do Comércio, de Armazéns Gerais e outros sujeitos ao controle e fiscalização dos órgãos de registros do comércio 2,00
2 - Nas reincidências das infrações previstas no item anterior. 8,00

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 125/84

Curitiba, 19 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 282/83, celebrado em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 126/84

Curitiba, 18 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 17 de abril de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Rolândia, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 127/84

Curitiba, 18 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 565/83, celebrado em 31 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Sapo-

ma, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 128/84

Curitiba, 18 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 562/83, celebrado em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 129/84

Curitiba, 18 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos de Revigoração datados de 24 de abril de 1984 aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos":

Município

Data do Convênio aditado

Campo Mourão

09/11/83

Cascavel

08/12/83

Maringá

09/11/83

Medianeira

07/11/83

Palotina

22/11/83

Toledo

07/11/83

Umuarama

03/11/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 130/84

Curitiba, 18 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convê-

venios celebrados em 21 de maio de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética":

Município	Nº do Convênio
Califórnia	013/84
Mallet	024/84
Nova Aliança do Ivaí	029/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.
MENSAGEM Nº 131/84

Curitiba, 18 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 2º, da Lei nº 7.169, de 18 de junho de 1979, a fim de que o Conselho Estadual do Esporte volte à sua antiga denominação de "Conselho Regional de Desportos".

Por ocasião da criação da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte o então Conselho Regional de Desportos passou a integrá-la, porém com outra designação.

Agora, por recomendação do Conselho Nacional de Desportos e para que o órgão estadual congênere guarde a necessária harmonia com as normas gerais sobre desportos, emanadas da Lei Federal nº 6.251, de 08 de outubro de 1975 e de seu regulamento, baixado pelo Decreto Federal nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, deverá voltar à sua designação de Conselho Regional de Desportos.

Vale ressaltar, ainda, que a proposição ora formulada a essa Augusta Casa de Leis, fundamenta-se, também, no fato da Legislação Federal antes mencionada incluir no "Sistema Desportivo Nacional", os Conselhos Regionais de Desportos dos Estados, Territórios e Distrito Federal, fixando-lhes, inclusive, atribuições específicas (Decreto Federal nº 80.228/77 - art. 164).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 166/84

Art. 1º - O art. 2º, da Lei nº 7.169, de 18 de junho de 1979, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Passam a integrar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Cultura, e o Conselho Regional de Desportos".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 132/84

Curitiba, 18 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Porto

Vitória, um terreno com área de 2.700,50 m², com frente para a Rua Oswaldo Gomes da Silva, parte integrante de área maior, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição nº 8.911, às fls. 158, do livro 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, contendo um prédio em alvenaria de tijolos, onde funcionava o antigo grupo escolar.

O Plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, no imóvel objeto da doação preconizada, funcionam, de longa data, órgãos do Executivo e do Legislativo do Município de Porto Vitória.

No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel já referido somente poderá ser utilizado para os fins previstos, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 164/84

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Porto Vitória, o terreno com área de 2.700,50m², com frente para a Rua Oswaldo Gomes da Silva, parte integrante de área maior, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição 8.911, às fls. 158 do livro 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, contendo um prédio em alvenaria de tijolos onde funcionava o antigo Grupo Escolar.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta Lei somente poderá ser utilizado para dependências de órgãos do Município de Porto Vitória, não podendo ter outra destinação, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 133/84

Curitiba, 18 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética":

Municípios	Nº e data do Convênio
Antonio Olinto	009/84 - 25/05/84
Nova Aurora	030/84 - 21/05/84
Sertaneja	042/84 - 25/05/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 134/84

Curitiba, 25 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetivava alterar o disposto no "caput", do art. 143, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e adotar outras providências com vistas a estabelecer instrumentação legal no sentido de ser procedida revisão de proventos de funcionários civis aposentados, do Poder Executivo.

A proposição ora encaminhada a essa Augusta Assembléia consubstancia o resultado de criteriosos estudos realizados pelos órgãos competentes da Administração.

Os referidos estudos tiveram em mira reexaminar e aperfeiçoar a matéria que se encontrava nessa Casa e cuja devolução foi solicitada através do Ofício nº 26/83-DTL, desta Governadoria e atendida por via do Ofício nº 773/83, dessa Presidência.

O reexame do assunto fazia-se necessário, principalmente para superar algumas dificuldades de execução que a medida originariamente encaminhada continha, mormente no que se refere aos critérios para verificação do exato tempo de serviço para localização dos inativos entre as onze referências do atual sistema de classificação de cargos e para incorporação de vantagens dependentes de prova temporal de exercício e, também, para apuração da escolaridade que determinados servidores detinham por ocasião das respectivas aposentadorias.

O Plano de Lei agora encaminhado contém o necessário detalhamento e, portanto, supera as dificuldades antes apontadas.

Assim, Senhor Presidente, o assunto retorna a essa Augusta Casa de Leis, onde espero venha a merecer o necessário apoio e a consequente aprovação.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Art. 143, "caput", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com redação seguinte:

"Art. 143. Os proventos de inatividade serão revistos sempre que houver alteração de vencimentos, vantagens, bem como modificações na estrutura dos cargos efetivos do pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições".

Art. 2.º — O disposto no art. 143, da Lei nº 6.174/70, com a redação dada pelo artigo anterior aplica-se aos servidores aposentados antes da data desta Lei.

Parágrafo Único. Os proventos dos servidores de que trata este artigo serão revistos da seguinte forma:

I - para os aposentados nos cargos constantes nos anexos 01, 02 e 03 da Lei nº 6.212, de 09 de agosto de 1971:

a. com base nos vencimentos da classe A, das séries de classes previstas na Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, de acordo com os critérios estabelecidos no seu art. 138 § 1.º, devendo, quanto à habilitação profissional, ser observada a escolaridade da época da aposentadoria; e

b. assegurando a incorporação aos proventos dos servidores aposentados anteriormente à data da Lei nº 6.212/71 da média dos valores incluídos a título de quotas de produtividade, nos proventos de inatividade dos servidores aposentados durante a vigência da referida Lei, desde que tenham ocupado cargos e desempenhado funções iguais, quando ativos.

II - para os Procuradores e Advogados, respectivamente, com base nos vencimentos integrais previstos para a jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho, dos cargos de carreira de Procurador de 3.ª Classe e de Advogados de 2.ª classe, não beneficiados pela Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976.

III - para os aposentados nos cargos de Engenheiro e Arquiteto:

a. com base no vencimento integral do cargo de 5.ª classe, previsto para a jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho, aos aposentados nos níveis 25 e 26, não beneficiados pela Lei nº 6.794/76;

b. com base no vencimento integral de cargos de 4.ª classe, previsto para jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho, aos aposentados no nível 27, não beneficiados pela Lei nº 6.794/76;

c. com base no vencimento proporcional à jornada de trinta (30) horas semanais de trabalho, para cargos de 4.ª classe, aos aposentados no nível 27, beneficiados pela Lei nº 6.794/76;

IV - Para os aposentados anteriormente à data da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, em cargos por ela abrangidos, a revisão será feita com base no vencimento previsto para a jornada de trinta (30) horas semanais de trabalho, do cargo correlato ao em que tenha sido aposentado, exceto para o caso de médico, cujo vencimento base dos proventos será correspondente ao fixado para a jornada de vinte (20) horas, observando-se, em ambos os casos para fixação da referência, a condição de que não seja inferior àquela em que, por ocasião de enquadramento definitivo, tiveram sido enquadrados funcionários com igual ou menor tempo de serviço.

V - para os aposentados em cargos da estrutura da carreira do Magistério instituída pela Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, com base no vencimento previsto para o cargo correlato ao Quadro Próprio do Magistério e distribuídos, por antiguidade à razão de uma (1) referência para cada três (3) anos de tempo de serviço contado para todos os efeitos legais.

Art. 3.º — Os benefícios concedidos pela Lei nº 6.569, de 25 de junho de 1974, são extensivos aos servidores aposentados anteriormente à data de sua vigência.

Art. 4.º — Os benefícios concedidos pela Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976, são extensivos aos servidores aposentados anteriormente à data de sua vigência, desde que não atingidos pelos itens II e IV e letras a e b, do item III, do art. 2.º, desta lei.

§ 1.º — Ao aposentado em cargo que passou a integrar a Parte Permanente do Quadro Geral, aplica-se a regra estabelecida no parágrafo único do art. 16, da Lei nº 7.424/80.

§ 2.º — O disposto no presente artigo aplica-se ao aposentado em cargo de médico independente da época da aposentadoria.

Art. 5.º — Fica assegurada ao servidor já aposentado a melhor retribuição, entre a decorrente desta lei ou a até então existente.

Art. 6.º — O artigo 4.º, da Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4.º — O funcionário que tiver percebido em períodos diferentes, as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, terá incorporado aos proventos de aposentadoria, o valor correspondente ao maior percentual recebido durante pelo menos (um) 1 ano, desde que a percepção dessas gratificações some (três) 3 anos ininterruptos ou (cinco) 5 anos alternados, vedada a incorporação aos funcionários aposentados em regime de acumulação de cargos".

Art. 7.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 135/84

Curitiba, 25 de junho de 1984.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o preenchimento de funções dos quadros de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, na Administração

Direta e Indireta do Estado, será feito mediante prova seletiva de caráter competitivo, com rigorosa observância à ordem de classificação.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, com o processo seletivo que preconiza para ingresso de pessoal nos quadros celetistas, virá, sem qualquer sombra de dúvida, ensejar condições no sentido da melhor qualificação e competência dos servidores que vierem a ser admitidos, além de assegurar iguais oportunidades a todos que pretendem concorrer a tais ingressos.

Vale lembrar, nesta oportunidade, que a medida proposta está inspirada em estudos que, nesse sentido, foram realizados pelo Senhor Deputado Márcio Almeida, preocupado em democratizar o ingresso de pessoal nos quadros funcionais do Estado, o que, aliás, coincide com a "Política de Recursos Humanos" de meu Governo.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - O preenchimento de funções dos quadros de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, na Administração Direta e Indireta do Estado, assim compreendidos todos os órgãos e entidades de que tratam os arts. 6.º e 7.º da Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, será feito mediante prova seletiva de caráter competitivo, com rigorosa observância à ordem de classificação.

Art. 2.º - Compete à Secretaria de Estado da Administração, o planejamento e a execução de forma centralizada, do processo seletivo para o preenchimento de funções dos quadros de pessoal celetista, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica.

Art. 3.º - Os órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo, exceto os autárquicos, atendidas as peculiaridades específicas, poderão adotar critérios de recrutamento e seleção próprios, observados os requisitos básicos estabelecidos pelo regulamento de que trata o art. 5.º.

Art. 4.º - Para os órgãos da Administração Direta e Autárquica que mantenham atividades funcionais em diversas localidades do Estado, as provas seletivas serão, sempre que possível, realizadas em âmbito regional.

Art. 5.º - O Poder Executivo, através de decreto, a ser baixado no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a aplicação do disposto na presente lei.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 136/84

Curitiba, 25 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Mandaguari, a data de terras nº 20, da Quadra nº 5, da Planta Urbana da sede daquele Município, havida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição nº 7.238, do Livro "3-B", de Transcrição das Transmissões do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana.

O imóvel cuja autorização para doação constitui objeto do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, encontra-se, segundo informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, sem nenhuma destinação ou previsão de utilização pela Administração Estadual. Portanto, não há

dúvida de que a doação em causa configura-se justa e oportuna, eis que o Município de Mandaguari poderá dar a tal imóvel utilização voltada aos interesses da Coletividade.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mandaguari, a data de terras de nº 20, da Quadra nº 5, da Planta Urbana daquela cidade, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição nº de ordem 7.238, do Livro nº "3-B", de Transcrição das Transmissões do 1.º Ofício de Registros de Imóveis, da Comarca de Apucarana.

Art. 2.º - O imóvel objeto da doação de que trata esta Lei somente poderá ser utilizado para dependências de órgãos do município, não podendo haver outra destinação, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 137/84

Curitiba, 03 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo de Convênio nº 346/83, celebrado em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guaíra, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a implantação de um pronto-socorro, devidamente equipado, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 138/84

Curitiba, 03 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio nº 10/84, celebrado em 22 de maio de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 139/84

Curitiba, 04 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos das Leis nºs 5.940, de 08 de maio de 1969 e 5.944, de 21 de maio do mesmo ano, nas partes em que versam sobre a concessão de medalhas e condecorações a integrantes da Polícia Militar do Estado, mais especificamente em relação à denominada "Medalha Policial-Militar".

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é justa e oportuna, pois visa estabelecer contagem de pontos positivos para concessão de tal Medalha às praças da Polícia Militar do Estado, baseada em critérios idênticos aos já adotados em relação aos oficiais da Corporação, através da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969.

Por outro lado, é oportuno esclarecer que o assunto, em face do que determina a Legislação Federal pertinente, foi submetido a exame da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado-Maior do Exército, tendo merecido parecer favorável.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O inciso II, do Art. 36 da Lei nº 5.940, de 8 de maio de 1969, fica acrescido da alínea h, com a seguinte redação:

"Art. 36. ...

I - ...

II - MEDALHAS E CONDECORAÇÕES ESTADUAIS:

h) policial-militar - um (1), dois (2) e três (3) pontos, respectivamente, para as medalhas de bronze, prata e ouro, computando-se os pontos somente pela de maior valor".

Art. 2º - A Medalha "Militar", prevista na alínea d, do inciso II, do Art. 37 da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, fica denominada "Policial-Militar", de acordo com a Lei nº 7.776, de 13 de dezembro de 1983.

Art. 3º - O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná fica autorizado a ativar a Comissão de Concessão de Medalhas e Diplomas da referida Corporação, prevista no item III, do Art. 20, da Lei nº 6.774, de 8 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica) e baixar, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Lei, as respectivas instruções para o seu funcionamento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 140/84

Curitiba, 09 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio, celebrado em 18 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Morretes, objetivando a realização da I Festa-Feira Agrícola e Artesanal de Morretes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, expresso no próprio texto de tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero

a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 141/84

Curitiba, 09 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio, celebrado em 14 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando a realização da XI Festa do Peão de Colorado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 142/84

Curitiba, 13 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências.

A proposição ora formulada a essa Augusta Casa de Leis decorre das razões expendidas no Ofício nº 101/84, de 29 de fevereiro de 1984, da Presidência do egrégio Tribunal de Contas, cujo inteiro teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado passa a ser o constante do Anexo I, da presente Lei.

Art. 2º - A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, com as respectivas correlações de enquadramento.

Art. 3º - Os cargos constantes do Anexo II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, classe, referência e percentuais de vencimento.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão, previstos no Anexo II, da Lei nº 7.077, de 03 de janeiro de 1979, atualmente pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à simbologia DAS-3.

Parágrafo único - O cargo de provimento em comissão de Diretor Geral passa a denominar-se Diretor Secretário do Tribunal de Contas e os cargos de provimento em comissão de Inspetor Geral de Controle e de Diretor passam a denominar-se Diretor de Departamento.

Art. 5º - O art. 4º da Lei nº 7.077/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Os serviços administrativos do Tribunal de Contas compõem-se de:

- I – Secretaria Geral;
- II – Departamento de Administração de Recursos Humanos;
- III – Departamento de Administração Contábil e Financeira;
- IV – Departamento de Administração Patrimonial;
- V – Departamento de Controle de Órgãos Estaduais;
- VI – Departamento de Controle de Órgãos Municipais;
- VII – Departamento de Controle de Empresas Públicas;
- VIII – Departamento de Controle de Auxílios e Subvenções;
- IX – Departamento de Controle da Receita;
- X – Departamento Jurídico;
- XI – Departamento de Expediente e Documentação;
- XII – Gabinete da Presidência;
- XIII – Gabinete dos Conselheiros, Auditores, da Corregedoria Geral e da Procuradoria Geral do Estado junto ao Tribunal;

XIV – Coordenadoria de Processamento de Dados, de Engenharia, de Relações Públicas e de Assistência ao Plenário”.

Art. 6º – Para complementação da estrutura mencionada no art. 5º, desta Lei, ficam criados os seguintes cargos em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas:

I – 03 (três) cargos de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3;

II – 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-4.

Parágrafo único – Os cargos criados pelo “caput” deste artigo terão seus serviços e atribuições definidos por ato do Tribunal, bem como a regulamentação das atividades dos respectivos Departamentos e Coordenadoria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Art. 7º – Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Técnico de Controle TC-I, Classe A – Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único – O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I - Classe A – Referência I, é fixado em Cr\$ 677.348,00 (seiscentos e setenta e sete mil e trezentos e quarenta e oito cruzeiros).

Art. 8º – O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na referência II, 4% (quatro por cento) na referência III e 6% (seis por cento) na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I - Classe A – Referência I.

Art. 9º – A elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentado por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Art. 10 – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, 22 (vinte e dois) cargos de Consultor Técnico, com vencimentos fixados no percentual de 106% (cento e seis por cento) do valor fixado no parágrafo único do art. 7º.

Parágrafo único – Os cargos de Consultor Técnico de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, obedecido o critério de desempenho funcional, formação profissional e tempo de serviço.

Art. 11 – Ficam mantidas as demais disposições das Leis nºs 7.077, de 03 de janeiro de 1979 e 7.665, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei.

Art. 12 – Fica incluído na Tabela II, do Anexo V, da Lei nº 7.665/82, o cargo de Consultor Técnico, pelo mesmo

valor concedido ao cargo de Técnico de Controle.

Art. 13 – Ficam extintos os cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço, código TC-AD-302, níveis 17 e 18, previstos no Anexo III, da Lei nº 7.665/82.

Art. 14 – Fica transformado um cargo de provimento efetivo de Oficial de Controle, código TC-AM-200, nível 9, em um cargo de provimento efetivo de Médico, Classe A, Referência I, este já previsto no Anexo II, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprove ter o nível profissional exigido para o mesmo.

Art. 15 – Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas 14 (quatorze) Funções Gratificadas, símbolo 1-F, correspondentes a Chefe de Divisão que serão instituídas por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços.

Art. 16 – Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos no Quadro Próprio do Tribunal de Contas, mediante Decreto e sob proposta do Tribunal, desde que esta transformação não implique em aumento de despesa.

Art. 17 – As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 18 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I (Art. 1º)

Série de Classe	Classe	Referência	Percentual
TC-I	A	I	100,00
	B	I	94,00
	C	I	88,00
MD-II	A	I	82,00
	B	I	76,00
BB-III	A	I	76,00
	B	I	70,00
PC-IV	A	I	76,00
	B	I	70,00
OC-V	A	I	70,00
	B	I	64,00
	C	I	58,00
TQ-VI	A	I	70,00
	B	I	64,00
OP-VII	A	I	64,00
	B	I	58,00
AC-VIII	A	I	52,00
	B	I	46,00
AD-IX	A	I	44,00
	B	I	40,00
TL-X	A	I	40,00

ANEXO II (Art. 2º)

SITUAÇÃO ATUAL
GRUPO OCUPACIONAL I
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SITUAÇÃO PROPOSTA
GRUPO OCUPACIONAL I
ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CARGOS	NÍVEL	DENOM. CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS	CARGOS	CLASSE/RE-FERÊNCIA	Nº DE CARGOS
TC-ANS-100	1	Téc. de Controle Externo	23	Técnico de Controle TC-I	AI	44
TC-ANS-100	2	Téc. de Controle Externo	19	Téc. de Controle TC-I	BI	51
TC-ANS-100	3	Téc. de Controle Externo	26	Téc. de Controle TC-I	CI	81
TC-ANS-100	4	Téc. de Controle Externo	25			
TC-ANS-100	5	Téc. de Controle Externo	81			
TC-ANS-101	4	Médico	01	Médico MD-II	AI	02
TC-ANS-101	5	Médico	01	Médico MD-II	BI	02
TC-ANS-102	5	Bibliotecário	01	Bibliotecário BB-III	AI	01
TC-ANS-102	6	Bibliotecário	02	Bibliotecário BB-III	BI	02
TC-ANS-103	5	Programador de Computador	01	Programador Comp. PC-IV	AI	02
TC-ANS-103	6	Programador de Computador	02	Programador Comp. PC-IV	BI	04

GRUPO OCUPACIONAL II
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

GRUPO OCUPACIONAL II
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO	NÍVEL	DENOM. CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS	CARGOS	CLASSE/RE-FERÊNCIA	Nº DE CARGOS
TC-AM-200	7	Oficial de Controle	05	Oficial de Controle OC-V	AI	50
TC-AM-200	8	Oficial de Controle	38	Oficial de Controle OC-V	BI	80
TC-AM-200	9	Oficial de Controle	50	Oficial de Controle OC-V	CI	45
TC-AM-200	10	Oficial de Controle	30			
TC-AM-200	11	Oficial de Controle	35			
TC-AM-201	9	Taquígrafo	03	Taquígrafo TQ-VI	AI	05
TC-AM-201	10	Taquígrafo	03	Taquígrafo TQ-VI	BI	04
TC-AM-202	8	Operador de Computador	01	Oper. Computador OP-VII	AI	02
TC-AM-202	9	Operador de Computador	02	Oper. Computador OP-VII	BI	04
TC-AM-203	11	Auxiliar de Controle	15	Aux. de Controle AC-VIII	AI	35
TC-AM-203	12	Auxiliar de Controle	15	Aux. de Controle AC-VIII	BI	30
TC-AM-203	13	Auxiliar de Controle	30			

GRUPO OCUPACIONAL III
ATIVIDADES AUXILIARES DIVERSAS

GRUPO OCUPACIONAL III
ATIVIDADES AUXILIARES DIVERSAS

CÓDIGO	NÍVEL	DENOM. CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS	CARGOS	CLASSE/RE-FERÊNCIA	Nº DE CARGOS
TC-AD-300	14	Auxiliar Administrativo	45	Aux. Administrativo AD-IX	AI	50
TC-AD-300	15	Auxiliar Administrativo	35	Aux. Administrativo AD-IX	BI	60
TC-AD-300	16	Auxiliar Administrativo	20			
TC-AD-301	16	Telefonista	01	Telefonista TL-X	AI	05
TC-AD-301	17	Telefonista	02			
TC-AD-302	17	Auxiliar de Serviço	03			
TC-AD-302	18	Auxiliar de Serviço	03			

Excelentíssimo Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Minuta de Anteprojeto de Lei, documento que consolida as diretrizes da reformulação orgânica e funcional do Tribunal de Contas do Estado e se constitui em instrumento hábil para o pleno desenvolvimento da função controladora cometida a esta Corte.

A constante adaptação a novas condições impostas por uma realidade administrativa altamente mutável e dinâmica animou-nos a iniciar trabalho de remodelação operacional desta Casa e que, nas suas grandes linhas, alcançasse a modificação de sua estrutura administrativa, planos de trabalho e a renovação do homem.

O acréscimo considerável de encargos e atribuições decorrentes da ampla legislação editada ao longo dos últimos anos representou novas frentes de trabalho no contexto das atividades da Instituição e bem assim a necessidade de ajustes na organização, materializados pela estruturação de setores administrativos específicos, com mecânica funcional suficiente para enfrentar tão vasto, complexo e especializado campo de atuação.

A proposta ora remetida visa também a, em essência adequar os padrões salariais dos servidores deste Tribunal àqueles adotados pelo Poder Legislativo, objeto das Leis Estaduais n.ºs 7.784, de 14 de dezembro de 1983 e 7.807, de 23 de dezembro de 1983, como forma de estabelecer simetria à política de pessoal adotada para funções assemelhadas dos sistemas implantados por essas normas legais.

O contexto elaborado representa importante etapa da remodelação desta Corte, à luz das injunções constitucionais e legais editadas para a sistemática fiscalizadora e, ainda que não tenha atingido o grau de perfectibilidade ideal, traduz o consenso dos membros desta Instituição e o melhor instrumento para o objetivo buscado de aperfeiçoamento do trabalho do Tribunal.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito e apreço.

(a) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente

À Diretoria Legislativa

EXPEDIENTE:

Ofício:

Do Senhor Deputado OLIVIR GABARDO, agradecendo a manifestação de apoio na aprovação do seu nome para o Egrégio Conselho do Tribunal de Contas do Paraná.
Ao conhecimento da Casa

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei com a seguinte súmula:

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N.º 6.639, DE 05.12.74.”

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao Diretor e todo o corpo funcional do Jornal “O Estado do Paraná”, pelo transcurso dos 33 anos de existên-

cia desse conceituado matutino.

O “Estado do Paraná” é um dos principais órgãos de divulgação de nosso Estado, com circulação em praticamente todos os Municípios, possuindo um dos mais modernos e completos parques gráficos do Brasil.

Requer, outrossim, que do inteiro teor deste requerimento dê-se ciência à Direção do referido jornal, na pessoa do seu Presidente Doutor Paulo Cruz Pimentel.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER, a consignação de voto de regozijo pela 64.ª Assembléia Geral da Convenção Batista Paranaense, na cidade de Umuarama, entre 19 e 22 de julho último.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Convenção Batista Paranaense.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

É oportuno deixar registrado nesta Casa, o apreço a esse povo, pelo magnífico trabalho em prol da humanidade, especialmente de nosso Estado. Eles têm lutado contra a degeneração moral, mantendo os verdadeiros valores da sociedade. Também promovem a verdadeira educação cristã.

Nesta 64.ª Assembléia Geral, os Batistas do Paraná tiveram como objetivos a avaliação da obra desenvolvida e o planejamento futuro. O primeiro passo foi dado com a eleição dos líderes que comandarão o movimento nos próximos 5 anos. A presidência continua nas mãos do Pastor Izaías Querino, reeleito por aclamação.

Hoje, a comunidade Batista compõe de 16 mil adeptos filiados, que se congregam em 132 Igrejas e outros grupos menores em todo o território paranaense. Para a manutenção desta magnífica obra, a igreja dispõe de 18 obreiros, voltados inteiramente ao trabalho de Cristo. Contam ainda com o apoio de um Seminário Teológico, instalado em Curitiba.

Se bem que, considerado pequeno grupo em relação a outras entidades religiosas, eles têm a esperança, que, com a ajuda de Deus, possam fundar até 1990, novas igrejas, crescendo para 22 mil membros, através do trabalho de divulgação evangélica individual e pelas escolas de estudos bíblicos.

Do Governo, eles não pedem muito. Preferem cooperar o engrandecimento do Estado. Só pedem que se mantenha a liberdade de pensamento e religião, como ocorre hoje. Mas rogam a Deus, que estejam sobre este governo, orientando-o com sabedoria, amor e paz, dando a certeza de um futuro melhor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, propõe à Casa um voto de repúdio à Confederação Brasileira de Futebol pela decisão de oficializar, sem competição prévia, apenas um Clube Paranaense na Taça de Ouro.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Erondy Silvério, Nelson Buffara, Paulo Furiatti, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Tércio Albuquerque, Caíto Quintana, Roberto Requião, Rubens Bueno, Adhail Sprenger Passos, Luiz Alberto Oliveira, Gernote Kirinus, Nestor Baptista, Trajano Bastos, Fuad Nacli e Odeni Mongruel.

JUSTIFICATIVA:

Não reconhecemos autoridade na CBF para designar, sem qualquer disputa, uma agremiação paranaense na Taça de Ouro. A medida além de ditatorial, reflete a desorientação em que se encontra o esporte brasileiro, onde não se respeita nenhum direito e se procura sufocar os clubes que, com sacrifício, investem elevadas somas buscando melhorar a qualidade do futebol praticado em todos os recantos do país. Respeitando as tradições esportivas do Coritiba Futebol Clube - escolhido previamente - desejamos apenas que se assegure a todos os filiados da FPF a possibilidade de elevar em disputa direta, diante do público, nas praças de esporte.

**EMENDA AO PRESENTE REQUERIMENTO
DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO
ERONDY SILVÉRIO**

Solicita, outrossim, a renúncia do Senhor Presidente da Federação Paranaense de Futebol.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Senhor José Richa, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, pela criação e instalação de Ciretran na sede do Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Dar ao Município de Pérola, condições de atendimento local aos usuários do sistema de trânsito, dando-lhes mais rápida atenção às preocupações ligadas ao recolhimento das taxas e emolumentos nas compras e vendas de veículos, como também, necessária a presença da Ciretran num Município do porte e dimensão de Pérola, que conta com elevado número de veículos a justificar a medida, também pela distância que separa Pérola de Umuarama.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER consignação de voto de louvor ao Prefeito OSVALDO LAGHI, do Município de Assis Chateaubriand, parabenizando-se com a população no ano em que o município comemora seu décimo oitavo aniversário. Pede transcrição nos Anais da Casa.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de louvor ao Prefeito Osvaldo Laghi, pela forma de administração imposta ao Município de Assis Chateaubriand, culminando com sua recuperação financeira; ao mesmo tempo parabenizando-se com a população daquele município que colaborou de forma decisiva para que o mesmo viesse a ser considerado "Campeão Nacional em Recuperação Financeira", neste ano em que comemorará no dia 20 do corrente, seu décimo oitavo aniversário de emancipação.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Senhor ANTONIO CARLOS CORREA, Vereador da Câmara do Município de

Paranaguá.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja transcrito nos Anais da Casa, a matéria publicada no Jornal "O Estado de São Paulo", no dia 22 de julho do corrente, sobre o tema "A GRANDE PROVA".

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No domingo último, 29 do mês de julho, Paranaguá comemorou o tricentésimo trigésimo sexto aniversário de sua fundação. Lá estivemos e na sessão solene, comemorativa à data, usou da palavra o Vereador Antônio Carlos Correia, Líder do PDS naquela Câmara Municipal, num discurso eloquente que diz de perto do sentimento do paranguara em relação à política atual.

Um discurso com o mais elevado conteúdo.

Neste momento, encaminho à Mesa um requerimento, solicitando que Vossa Excelência, Senhor Presidente, após consultar o Plenário, haja por bem, consignar nos Anais da Casa, o discurso proferido por aquele Vereador, que expressa a vontade do povo de Paranaguá, em relação aos últimos acontecimentos.

Era o que eu tinha a Requerer, na sessão primeira depois do período de recesso, que aqui nos encontramos para trabalhar por este Paraná, e encontrarmos, a curtíssimo prazo, solução para os graves problemas que afligem a nossa comunidade.

Obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos, para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do Partido Democrático Brasileiro, se fará uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste reinício de atividades legislativas, acreditamos que haverá de ser um período muito fértil e significativo para todos os parlamentos brasileiros.

A partir inclusive do próprio Congresso Nacional, onde os temas mais importantes estarão sendo debatidos. Mas, onde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, indiscutivelmente, pelo desenrolar e o desenvolvimento da situação política nacional, tudo indica que haverá o Congresso Nacional de decidir a questão da sucessão presidencial. E em isto acontecendo, Senhor Presidente, de que venham os partidos políticos, através do Colégio Eleitoral, decidirem a sorte da sucessão presidencial, todos os Parlamentos Estaduais e Assembléias Legislativas Estaduais, serão envolvidas neste processo. Que o nosso partido que a nossa bancada, mesmo que tenhamos o nosso Partido, no próximo dia 12, que, por decisão da Convenção Nacional, irmos ao Colégio Eleitoral, não haveremos de mudar o entendimento de que este é o meio não democrático, não participativo

e que não pode ser considerado um processo democrático para a sucessão presidencial. O PMDB defenderá no próximo dia 08, se tivermos a possibilidade de mais uma tentativa, restaurarmos as eleições diretas, via emenda constitucional, do Deputado Teodoro Mendes, vamos, numa última tentativa, chamar a atenção do PDS, do Partido até então majoritário, para que se conscientize, de que, realmente, a única forma legítima que trará e que restaurará a democracia no Brasil, é a forma das eleições diretas. Em isto não acontecendo e venha o nosso partido a decidir a participar desse processo, que como disse, não mudamos o entendimento sobre ele, mas por não termos outra alternativa, no plano da conquista pacífica do Governo, esta Assembléia, será envolvida nesta disputa.

Por esta razão, Senhor Presidnete, Senhores Deputados, nós, já na próxima semana, mesmo em função das convenções nacionais, será fácil prever de que este processo da sucessão presidencial haverá de manter esta Assembléia vinculada permanentemente ao desfecho da política nacional, porque na próxima semana, com as convenções dos dois partidos majoritários, praticamente todos os senhores Deputados estaduais, como convencionais, como representantes da base partidária acabaram se deslocando para Brasília e nisso tudo haverá de gerar um processo de envolvimento desta Assembléia e, por esta razão, nós viemos à tribuna para deixar clara a posição do nosso partido, de que este envolvimento não é aquele de que o povo gostaria de ver, todos os parlamentares envolvidos pregando diretamente na rua como um candidato de cada partido, num pleito direto para que o povo tivesse a condição de realmente participar e de opinar e não de ser um mero espectador de um acerto ou de uma decisão das cúpulas partidárias.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) -

Meu caro Deputado Nilso Sguarezi, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

Gostaríamos de fazer algumas alusões ao pronunciamento de Vossa Excelência, que realmente, mudou de comportamento após a decisão de seu partido de ir ao Colégio Eleitoral.

Fica comprovado, sem dúvida alguma Deputado, de que Vossas Excelências aceitaram as regras do jogo pré-estabelecidas antes das eleições.

Vossas Excelências explodiam nos palanques e explodiam até mesmo neste plenário deste Poder Legislativo na tentativa de desviar a opinião pública.

Mas, Vossas Excelências estão com um comportamento, realmente de pessoas que irão ao Colégio numa eleição indireta, vão permanecer no Governo se ganhar as eleições durante 6 anos e, talvez ainda faça o sucessor do seu Presidente por mais 6 anos por via indireta.

Vossa Excelência sabe disso, que os acertos que Vossas Excelências estão fazendo, o partido de Vossa Excelência com os ex-pedessistas, que no ano passado usaram da máquina para, foram as figuras exponenciais deste país, hoje estão comandando quase que o partido de Vossa Excelência que estão na coordenação do candidato Tancredo Neves.

Candidato esse que há tempos atrás saíra do MDB antigo para o PP dizendo que não tinha condições de viver num partido político em que estivesse nele Miguel Arraes.

Então, veja Vossa Excelência que o comportamento do PMDB é um comportamento mentiroso para com seu povo, enganador para com o eleitorado brasileiro. A esperança que o povo depositou em Vossas Excelências, Vossa Excelência hoje se contradiz, dão respaldo ao Colégio Eleitoral; dão respaldo às eleições indiretas e são hoje Vossas Excelências os maiores defensores das eleições indiretas e que já estão nos palanques não mais pró-diretas e sim, "Tancredo-Já".

Esse é o comportamento de Vossa Excelência e não poderia ser outro quando o partido de Vossa Excelência tem no comando, na Secretaria Geral do País, um homem que foi eleito pelo voto indireto, bionicamente, e que é o Coordenador Geral da Campanha do futuro candidato à Presidência da República, Tancredo Neves. Vossa Excelência realmente mudou de comportamento. Meus parabéns pelo discurso de Vossa Excelência, coerente com a sua ida ao Colégio Eleitoral. Fica aqui o nosso pensamento em nome daqueles que nós representamos.

O SR. NILSO SGUAREZI - Vossa Excelência não mudou.

Vossa Excelência continua com a mesma catilinária de acusações à oposição, porque Vossas Excelências não se conformam que pessoas do agrupamento político de Vossa Excelência mudaram. E essas pessoas mudaram para o bem; mudaram para uma posição progressista. Vossa Excelência continua na mesma posição radical, intransigente de alguns anos atrás, nobre Deputado. Vou cobrar de Vossa Excelência deste mesmo microfone, quando Teotônio Vilela saiu da Arena e foi para o PMDB. Vossa Excelência, numa ocasião numa ocasião em que eu estava na Tribuna, me cobrava o compromisso solene de o PMDB dar condições a Teotônio Vilela permanecer na Oposição e lhe dar uma legenda e uma tribuna para percorrer o Brasil na sua caminhada cívica.

Vossa Excelência não pode dizer que não!

E hoje Vossa Excelência vem com a mesma posição de intransigência e de inconformismo, porque sente que a sua corrente política e o seu pensamento político já foi ultrapassado, e de que aqueles que têm um pouco de sensibilidade de verem que esta Nação não pode se afundar, já deixam aquela estrada que não tem sentido nenhum e não tem objetivo nenhum, e que, infelizmente, para o Brasil, se tornou o PDS, como foi a ARENA no passado. E Vossa Excelência vem com o mesmo discurso, cobrar coerência nossa, quando Vossas Excelências não têm nenhuma coerência, porque Vossas Excelências há 20 anos sustentam um Governo que Vossas Excelências não têm coragem nenhuma de dizer de que ele representa qualquer possibilidade de saída desta Nação.

Onde Vossas Excelências, cobrarem coerência nossa, Senhores Deputados, sustentando um Governo que se dilui no tempo, se consumiu, que apodreceu pela corrupção?

E hoje, nobre Deputado, quando ilustres figuras.

O Sr. Tércio Albuquerque - Mais podre do que o Governo José Richa não existe, em apenas 1 ano e meio de mandato, Governo podre, corrupto, de dólares, de escândalos...

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE - A mesa solicita dos Senhores Deputados que desejarem apartear seus colegas que se encontram na tribuna que o façam de maneira regimental.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Deputado, cortesmente, eu lhe concedi um aparte, Vossa Excelência teve o tempo disponível para fazer a sua colocação. Permita-me responder o aparte de Vossa Excelência e poderei lhe conceder mais. Mas, permita-me responder a Vossa Excelência.

E é a resposta de que Vossa Excelência quer insinuar que nós mudamos de posição. Nós, não!

Nós permanecemos na mesma posição, considerando que o Colégio Eleitoral não é a via democrática, não é a via legítima, não é a via participação política de uma Nação. É uma decisão de cúpula. Vossa Excelência não pode, hoje, dizer de que o nosso partido já lançou candidato e irá ao colégio. Porque isto só acontecerá se uma convenção soberana do nosso

partido, com a presença de todos, como está convocado no próximo dia 12, depois que tentarmos mais uma vez, no dia 8, chamar a atenção e a consciência de Vossas Excelências, que ainda são a maioria nesta Nação, que ainda são maioria no Congresso Nacional, para que não se neguem de dar um voto necessário a aprovarmos eleições diretas. Por isso, nobre Deputado, só depois do dia 12, quando o PMDB, se fôr, e entender a convenção, lançar um candidato para concorrer ao Colégio Eleitoral poderá Vossa Excelência vir aqui cobrar posições nossas. Mas, se o partido tomar essa decisão, haverá de ver Vossa Excelência que essa decisão será baseada num programa mínimo a ser cumprido, não pelo nosso partido, mas por uma grande aliança que se está esboçando acontecer nesta Nação. Por homens nobre Deputado, que deliberaram vários estados brasileiros, por homens nobre Deputado, e daí eu peço a coerência de Vossa Excelência, por homens, inclusive que chegaram a governar este Estado, e que Vossa Excelência aqui o defendeu, e sempre o defendeu. E hoje, nobre Deputado, porque não está no mesmo pensamento e na mesma tese política que Vossa Excelência, passa a ser escomungado, conjurado por tudo, porque parece que de uma hora para outra, quando resolve tomar um outro comportamento que é aquele de aderir às eleições diretas, que é aquele de propiciar uma abertura democrática, Vossa Excelência passa a cobrar coerência da Oposição.

A Oposição, talvez, se entender o nosso partido, assumirá este risco, mas com um programa mínimo de que a Nação possa amanhã, ou logo, se a Oposição tomar o poder pelas eleições diretas, possa cobrar. Possa, realmente, pedir contas, porque o povo foi relegado, e a Oposição numa aliança com os homens que querem a abertura democrática possam ser cobrados daquilo que foi escrito, que será escrito, para termos aqui uma democracia, uma constituinte.

Por isso, nobre Deputado, Vossa Excelência pode achar que estamos sendo incoerentes, mas o que não pode Vossa Excelência cobrar é que estejamos assumindo uma posição politicamente retrógrada, conservadora, e sem uma proposta de encontrar a democracia. Isso Vossa Excelência faz, como fez há pouco, um grande raciocínio futurológico, ao dizer de que vamos conquistar a Presidência da República pela via indireta, e depois vamos permanecer com as eleições indiretas indefinidamente. Ora, nobre Deputado, se fosse para isso nós partiríamos já a defender eleições indiretas, porque, nobre Deputado, a posição mais cômoda para a Oposição ao chegar ao Poder era, na realidade, consagrar eleições indiretas. Porque Vossa Excelência sabe de sua consciência que não haverá força suprema nenhuma nessa Nação que faça o PDS ganhar as eleições próximas, e as oposições teriam asseguradas a maioria em todas as Câmaras, em todas as Assembléias, e no Parlamento Nacional. Prova disso, nobre Deputado, são as eleições que estão acontecendo depois de 1982, quando o Partido de Vossa Excelência, por exemplo, em Santos, não chegou a fazer o percentual ridículo, menor até do que os próprios votos em branco. Se fosse para a Oposição defender o princípio das eleições indiretas, em nenhum momento sustentamos legítimo, e em nenhum momento defendemos. E mesmo, agora, que tenhamos que ir a ele, só iremos para destruir este critério e este método.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência concede um aparte?

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência, depois me concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência, e deve reconhecer, nobre Deputado Nilso Sguarezi, que um Parlamentar brilhante como Vossa Excelência é, no exercício mental feito na tribuna, neste momento, para justificar as decisões do PMDB, até seria desnecessário.

Quero lembrar a Vossa Excelência que antes do comício feito em Curitiba, o segundo pelas diretas, os Governadores do PMDB se reuniram em São Paulo, dentre eles o Governador do Paraná, e lançaram o Sr. Tancredo Neves, pela via indireta à Presidência da República. Desapreço, inclusive, àqueles que iriam ao comício de Curitiba, organizado pelo Partido de Vossa Excelência. Porque antes, os Governadores em São Paulo, sem consulta à Convenção, sem consulta às bases, decidiram que o seu candidato seria o Sr. Tancredo Neves, e depois se montou a farsa aqui em Curitiba, com mais um comício.

Mas devo dizer, Deputado Nilso Sguarezi, que estranho muito, que a repugnância de 8 meses passados não seja a repugnância de hoje de Vossas Excelências, quando aceitam para concorrer na Chapa de Tancredo Neves, como candidato à Vice-Presidência, o Sr. José Sarney, o mesmo homem que comandou, até aonde pôde, a Cruzada Nacional, do seu interesse pessoal, contra as eleições diretas, que pressionou governadores e parlamentares, e hoje, é o grande aliado, do candidato de Vossa Excelência à Presidência da República; o mesmo Sr. José Sarney que não prestou nenhum serviço, e eu fico à vontade para falar, porque este Paraná nunca ouviu um elogio meu a Sarney, como Presidente do meu partido, se não no momento, em que entendeu que deveríamos consultar as nossas bases para a escolha do nosso candidato à Presidência da República.

Mas Sarney, para o PMDB hoje, é o deus, é a salvação, é a esperança, é a certeza; o mesmo retrógrado José Sarney, de alguns dias passados, traidor, sim, do nosso partido, traidor, sim, da causa democrática, liberal de última hora, liberal por conveniência pessoal, mau brasileiro, beneficiário do arbítrio, este é o homem que vai salvar o partido de Vossa Excelência. Daí porque nós não podemos silenciar diante dessas incongruências todas do PMDB, e de outros partidos de Oposição.

Que Deus nos livre, Deputado Nilso Sguarezi, de males maiores para este País, os mesmos males dos quais Vossa Excelência queria, se libertasse o Paraná, nas eleições em 82, e o Paraná não se libertou, e eu não sei o que esperar do Brasil, com Tancredo Neves e José Sarney.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — O que eu lamento, nobre Deputado Airton Cordeiro, é que a catilinária que Vossa Excelência despejou agora contra o Sr. José Sarney, Vossa Excelência não o tenha feito quando agora de público Vossa Excelência confessou de que ele pressionou governadores, pressionou parlamentares para não votar pelas eleições diretas, é esta incoerência que nós não podemos aceitar de Vossas Excelências, quando Vossa Excelência, como Secretário do vosso partido, se fosse numa posição democrática, não poderia ter ficado calado, na hora em que se viu que o homem estava pressionando, aliciando parlamentares para votarem contra as eleições diretas. Este tipo de incoerência nós não podemos aceitar.

Por isso, Vossa Excelência está numa posição muito cômoda, para criticar aquele que, hoje, não é seu companheiro de partido.

Concedo o aparte ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Airton Cordeiro — Alias, nunca o considere.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Muito obrigado, ilustre

Deputado Nilso Sguarezi, é sintomática a reação dos Deputados do PDS porque sentem no seu arraial, a perda dos privilégios dos que comungaram permanentemente das mordomias do poder discricionário, que empalmou e desgraçou este País nos últimos 20 anos.

Eles sentem hoje, e mesmo com todos os pacotes e todos os casuísmos inventados e impostos à Nação, por eles, as Oposições e, os homens que ainda têm algum respeito e algum amor por esta Nação, eles sentem hoje, que estes homens vão tomar as rédeas deste País, tirando das mãos dos mentirosos e dos ladrões, tipo Delfim Neto, dos preguiçosos, tipo João Baptista Figueiredo, dos ditadores, tipo Ernesto Geisel, e Médici, os pedessistas, que deixam no arraial o desespero, de quem vai poder ter uma cobrança popular para ser respondida, porque vinte anos de massacre na economia de uma Nação, vinte anos, meu ilustre Deputado Nilso Sguarezi, de massacre ao salário do trabalhador brasileiro, não pode passar impune para a História do amanhã.

E é por isto que, hoje, no arraial do PDS, quando sopra o vento da transformação deste País pelas mãos de uma consciência maior, de um posicionamento maior que visa, não, o interesse de um partido nem os interesses dos torturadores e dos assassinos que foram respaldados politicamente pela Arena e pelo PDS, quando hoje a Nação começa a adquirir uma consciência nova para retomar o destino da democracia e da liberdade para que o trabalhador brasileiro tenha a oportunidade de um salário justo, de um trabalho condigno e de uma alimentação mais condizente com as necessidades da sua família. Eles não gostam disto, porque eles sustentaram, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, foi, a implantação, no Brasil, da exploração das multinacionais, que exploraram o trabalhador, eis que se introduziram nos sindicatos dos trabalhadores, impedindo os trabalhadores de reivindicarem salários justos, e, hoje nós vemos aí, com esse sopro, após o sacrifício de dezenas e dezenas de brasileiros, nós vemos hoje, os professores universitários de todas as Universidades do Brasil a reivindicar uma dignidade salarial. Isso nunca deram, e o Secretário do PDS do Paraná dizia, outro dia, no seu programa de televisão, iludindo a boa fé do povo, dizia que, o Governo do Paraná segundo a opinião de um amigo dele — e só poderia ser amigo dele — que o Governador José Richa andava como uma estátua; mas ele esquece que o 13.º salário que o trabalhador do Paraná e o funcionário público reivindicaram a vida toda, e que foi imposto, às empresas privadas, o 13.º, eles nunca deram e foi José Richa quem deu, ao funcionário público do Paraná, uma reestruturação de Quadro na Assembléia Legislativa do Paraná, e o 13.º para todos os funcionários públicos do Paraná!

Meu ilustre Deputado Nilso Sguarezi, agradecendo a oportunidade deste aparte, quero lhe dizer: nós estamos tranquilos porque a Nação está realmente retomando um novo caminho; se o Colégio Eleitoral não é o que nós desejamos, e, de coração todos nós, uma Nação brasileira unida num mesmo sentimento não deseja o Colégio Eleitoral, mas, se, o próprio PDS impediu-nos de irmos a uma eleição direta, já, ainda este ano, não foi o PMDB, não foi o PDT, não foi o PP que impediu de termos eleições diretas ainda este ano — foi o PDS e é bom que se repita, foi o PDS que impediu de nós termos eleições diretas-já, e, eles não nos podem condenar por um crime que eles praticaram. A Nação desejava diretas-já, e eles nos impediram de satisfazer a Nação.

Nós vamos derrotá-los, no terreno deles — no terreno deles, com as leis deles, para dizer a esta Nação, que, ainda pode coninar nas Oposições do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Desejo apenas dizer a Vossa Excelência, antes de conceder aparte ao Deputado Caíto

Quintana que o solicitou que, realmente assiste razão a Vossa Excelência quando diz que o PDS foi, verdadeiramente, o algoz da classe trabalhadora.

Nobre Deputado, veja Vossa Excelência:

Pelo que se depreende, o Deputado Paulo Maluf haverá de ser o candidato do PDS; Deputado eleito com uma votação realmente expressiva, em São Paulo, 600.000 votos, é o homem que quer ser o Presidente da República, nobre Deputado, e que vai levar como bagagem, do Congresso Nacional — e isto é preciso ser dito — vai levar como bagagem do grande trabalho que realizou no Congresso Nacional, a presença, uma, única, exclusiva vez, no Congresso Nacional, para votar qual lei, nobre Deputado? Exatamente a 2065, que hoje a sociedade brasileira como um todo pede e clama pela revogação! É esta a mensagem e o gabarito que esse candidato terá para se apresentar perante a classe trabalhadora! Seu único voto, sua única presença no Congresso Nacional, para achatar ainda mais, o salário do trabalhador brasileiro!

Por isto, nobre Deputado, qual é a perspectiva, qual é a proposta, qual é o sentido de deixarmos que esta Nação venha a ser comandada por um homem — que, ao ser Deputado por 2 anos no Congresso Nacional, só pode apresentar perante esta Nação estarecida, uma só presença, um só voto de obediência, de subserviência, de imposição ao FMI. É esta a proposta que o PDS apresenta quando esta Nação clama para que tenhamos autonomia e independência, para que nos liberemos do garrote econômico e financeiro do FMI. Por isso, nobre Deputado, toda a razão lhe assiste quando diz de que o PDS foi o algoz da classe trabalhadora, é e pretende ser por muito tempo e só conseguirá isso se as eleições indiretas continuarem a existir. Por isso, se tivermos que ir para o Colégio Eleitoral, em primeiro lugar, é para termos uma constituinte que haverá de destruir esse sistema retrógrado, arcaico e ilegítimo das eleições indiretas.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. Caíto Quintana - Deputado Nilso Sguarezi, eu só gostaria de deixar claro nesse seu pronunciamento muito oportuno, para colocar a situação do PMDB: que o PDS não terá condições de nos cobrar se tivermos que ir ao Colégio Eleitoral, porque ainda resta uma esperança para a eleição direta. Basta que se coloque em pauta no Congresso Nacional e que o PDS não fuja de lá e aprove a Emenda Teodoro Mendes e nós estaremos todos votando diretamente para Presidente da República nessa Nação. Se isso não ocorrer, não será por culpa nem do PMDB e nem dos outros partidos de Oposição. Será uma vez mais por culpa do próprio PDS que, hoje temeroso de perder o Governo Federal, está a criticar a aliança nacional formada para defender este País, do caos e do arbítrio, da sua própria inoperância tantos anos desgastada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Faz soar os tímpanos). A Mesa comunica ao orador que o seu tempo está esgotado e concede mais um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço os apartes dos colegas que, gentilmente, ilustraram a minha participação na tribuna e quero dizer finalmente de que o partido tem posições legítimas, coerentes e inclusive de colegas da nossa bancada que sustentam que o partido não vá ao Colégio Eleitoral. São posições de respeito, legítima e de coerência que nós respeitamos e sabemos de que eles, na realidade, representam a tradição e a luta que o PMDB sempre sustentou.

Mas devo dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de que se o partido resolver ir ao Colégio Eleitoral, não será o PMDB no seu programa, não será o PMDB sozinho, mas sim

com a participação de uma grande frente, uma frente liberal, uma aliança em torno e em favor da democracia. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Esta Presidência anuncia com satisfação, a presença em nosso Plenário de Sua Excelência o Sr. Deputado Federal da República Argentina, Deputado Nestor Perl.

Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário a que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por 10 minutos, usará da tribuna o Sr. Deputado Airtón Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realmente muito oportuno que o Deputado Nilso Sguarezi tenha abordado a questão sucessória nesta Primeira Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa deste ano.

Oportuno porque nos permite, de pronto, estabelecer uma definição perante a Casa, perante os senhores Parlamentares e para o registro histórico deste Poder, contra a grande barganha que se arma no Brasil para que o PMDB chegue à Presidência da República. Barganha com homens que se dizem liberais do PDS, mas que agem sob o impulso de conveniência e de contrariedade, contrariedade que não pôde ser superada com inteligência, com capacidade, com trabalho dentro do âmbito do partido e quando os liberais de hoje, ditadores acusados ontem pelo PMDB, resolveram assumir uma posição dissidente, nós, prontamente, reagimos aqui no Paraná. Nós pedessistas que sabemos o quanto devemos aos liberais pela posição em que nos encontramos hoje, aqui no Estado e no Brasil. Nós que sabemos o quanto nós sofremos para ir buscar eleições o apoio popular, sem concordar com aqueles — que, beneficiários do arbítrio — levaram pela imposição do seu caciquismo, um partido político, à subserviência e ao entreguismo ao Palácio do Planalto.

E se tomamos esta posição aqui, que nada mais é, do que a reiteração de posições públicas que nós adotamos, é porque temos consciência plena do nosso gesto e porque sabemos o mal que os falsos liberais de hoje, estão causando à redemocratização do País.

Não acreditam eles em partidos políticos, não acreditam eles em ideologia política, não acreditam eles em compromisso político-partidário. Porque se assim acreditassem, não estariam certamente estimulando um acordo expúrio com os seus grandes adversários políticos deste País. Este caminho da conveniência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós não podemos aceitar em nome de uma geração de políticos do Paraná e do Brasil, em nome de todos aqueles que assumem compromissos mais sérios e mais importantes, com idéias e com programas, e não com conveniências em busca de uma nova perspectiva de poder.

Por estas razões, é que nós repelimos com toda ênfase este acordo expúrio, porque não podemos admitir que o Povo, que a Nação, que o País, que as instituições sejam pura e simplesmente um instrumento descartável nas mãos desses que não sabem fazer política sem a sombra do poder. Porque lhes falta a autoridade de enfrentar o povo na hora de uma eleição. E, da mesma forma, como defendi antes desta tribuna eleição direta para Presidência da República, quero fazer agora com a maior tranquilidade, porque quem é fruto do voto popular não pode ter receio deste mesmo voto.

Quero contestar as afirmações do Deputado

Nilso Sguarezi, quando, pretendendo interpretar o nosso aparte, disse que somente agora nós estávamos aqui denunciando as pressões do então Presidente do PDS — Senador José Sarney — a governadores e a parlamentares para que votassem contra as eleições diretas. E se fizemos a denúncia hoje, foi na primeira oportunidade que tivemos depois, que soubemos em Santa Catarina, das pressões exercidas em cima de um governador que se posicionou, nitidamente, a favor das eleições diretas. Mas certamente o Deputado Nilso Sguarezi sabia disso, como o Partido de Sua Excelência também sabia. Porque, lamentavelmente, na hora em que o Deputado Tércio Albuquerque traz à discussão neste Plenário, a coerência política, nunca é demais esquecer que foi o PMDB quem agasalhou no seio do seu partido os biônicos execrados de ontem. Foi o PMDB quem agasalhou sob a sua bandeira e sob o seu manto, todos aqueles considerados responsáveis em grande parte, pelos desmandos do Governo Federal. E, dentre esses, se há alguém que identifique esses desmandos, se há alguém que identifique esta subserviência; se há alguém que identifique o entreguismo, ninguém melhor no Brasil do que José Sarney, que somente alterou a sua posição quando viu frustrada a sua esperança de ser candidato à Vice-Presidência, numa das chapas definidas pelo Partido Democrático Social.

Que liberal é esse! Que sinceridade existe nesta atitude! E nós nos sentimos reconfortados, porque confortados nos sentimos quando Sarney anunciou a sua renúncia à Presidência do PDS.

E o reconforto vem no momento em que Sarney vai ser o vice-Presidente de Tancredo com a anuência de todos os peemedebistas, inclusive do peemedebista que ocupa o Palácio do Governo do Paraná, o Sr. José Richa, o mesmo Richa que cansou de fazer críticas àquele que hoje é o seu aliado. O mesmo Richa que buscou sempre tentar torpedear, não um partido político, mas pessoas integrantes deste partido político.

Incoerência sim, Deputado Nilso Sguarezi, do partido de Vossa Excelência que se recusou a votar no Congresso Nacional as eleições diretas para as Prefeituras das capitais, a emenda do Senador Mauro Benevides.

Incoerência sim, Deputado Nilso Sguarezi, porque se o PMDB pretendesse implodir o Colégio Eleitoral, o seu compromisso com a Nação brasileira nesta hora seria muito simples — Vamos ganhar o Colégio Eleitoral e vamos convocar eleições diretas para daqui a seis meses. Aí sim estaria implodindo o Colégio Eleitoral.

Mas não, Tancredo e seus acompanhantes não deixam por menos. Seis anos de mandato! Quem quer redemocratizar, quem quer implodir uma instituição considerada ilegítima e expúria não espera seis anos para convocar eleição direta.

É esta perspectiva de poder, pura e simplesmente que nós estamos rechaçando e hoje temos a convicção, Srs. Deputados, de que para alcançar essa perspectiva até o diabo é capaz de admitir uma aliança com o PMDB. Não por sua vontade, é que para o PMDB o diabo haveria de significar o caminho para chegar onde ele pretende chegar.

Aí está uma outra incoerência, uma outra incoerência. Os Governadores do PMDB lançaram o seu candidato antes, nos comícios da segunda rodada pelas eleições diretas. Aqui em Curitiba o PMDB montou a sua farsa. Antes, o seu Tancredo era candidato pela via indireta. E aqui, com artistas e políticos, o PMDB pretendeu levar homens e mulheres às ruas para buscar o caminho das diretas.

Essas incoerências nós todos não perdoaremos e estaremos sempre prontos para fazer denúncias, porque

somente as denúncias podem lavar a alma dos que têm compromisso com a democracia neste País.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Airtton Cordeiro, Vossa Excelência fez o retrato mais exato da realidade política nacional, quando analisa com conhecimento de causa a incoerência dos falsos opositores de ontem e dos poderosos governistas de hoje; os peemedebistas que ontem na oposição pregavam alguma coisa e que hoje no poder de maneira totalmente diversa.

Mas o que mais me impressionou na análise que Vossa Excelência faz é que Vossa Excelência realmente não pode concordar com a falta de coerência peemedebista, especialmente no Paraná, representada pela palavra do seu Cacique-mór, José Richa, e interpretada nesta Casa pelo Líder do seu Governo, Nilso Romeu Sguarezi.

Entretanto, acho que Vossa Excelência nobre Deputado Airtton Cordeiro não deve ficar surpreso com a falta de coerência peemedebista. Aliás, aqui no Paraná, estamos vivendo o tempo da nova-língua.

O célebre escritor George Orwell, grande contista, na sua Revolução dos Bichas que é uma sátira ao regime comunista, quanto no seu famoso romance 1984, imaginava quando escreveu por volta de 1930 o livro, de que em 1984 nós teríamos até o novo ditador, teríamos a nova língua, a nova maneira de formar opiniões públicas.

Pois bem, aqui no Paraná, nós temos já em uso a "nova-Língua". Vossa Excelência recorda: a corrupção no Paraná não se chama corrupção, corrupção no Paraná é inadequação administrativa. Agora, coerência para o PMDB, hoje, é "acertar-se" com os oportunistas do PDS, derrotados no seu partido, que com oportunismo na mais repugnante barganha política que se tem história nesta Nação para se eleger o homem da mudança Tancredo Neves, o Tancredo de 1950; o Tancredo da ditadura; o Tancredo Diretor do Banco do Brasil; o Tancredo Primeiro Ministro; o Tancredo de quarenta anos de vida pública nacional.

Ora, eminente Deputado, nós vivemos realmente no Paraná o tempo da "nova-língua"; corrupção não é mais corrupção: é inadequação administrativa. A corrupção do "escândalo dos dólares", onde o Estado do Paraná teve um prejuízo de mais de quatro milhões de cruzeiros pelo sócio e pelo amigo do Governador José Richa, o Senhor Erasmo Garanhão, também não é corrupção; os crimes que a Comissão de Alto Nível declara que o Secretário da Fazenda que participava de jantares, de churrascadas ao lado de peculatórios e de estelionatários com o Governador José Richa, isso também não é corrupção: isto é inadequação política...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Dá-me só um minuto, Deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Com muito prazer.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Apenas para dizer o seguinte: a revista "Isto É", que circula nesta semana, traz uma matéria que é extremamente importante para uma análise deste Poder. O Senhor Francisco Simeão Neto, Secretário da Indústria e Comércio, com dinheiro de financiamento rural, segundo a revista, comprou dois aviões para colocar na campanha do Senhor José Richa. Isto está na revista "Isto É" desta semana, e eu creio que nós haveremos de nos deter numa análise sobre esta denúncia que é extremamente séria: dinheiro para agricultura que o atual Secretário da Indústria e Comércio colocou na Cam-

panha de José Richa, comprando dois aviões para transportar...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas Vossa Excelência não estranhe também, não estranhe porque o dono da Corretora Lemann, essa corretora que não tem registro no Banco Central, essa corretora que é de propriedade do Senhor Luís Eduardo Menezes, que era dono da Corretora Cabral e Menezes de São Paulo, esse cidadão contribuiu financeiramente para a campanha do Senhor José Richa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Está no Relatório da Comissão de Alto Nível.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Está no Relatório da Comissão de Alto Nível e, por isso, ele se sentia no "direito" de exigir retribuição do Governo do Estado, e a retribuição do Governo do Estado foi o Governo do Estado ter pago quatro bilhões de cruzeiros no maior escândalo em dólares administrativos do Estado do Paraná. Então, nós estamos verificando que realmente os recursos que levaram o Senhor José Richa para o Governo estão sendo pagos agora, durante a administração peemedebista. E qual é a nova imagem da "nova-língua" brasileira que o PMDB quer implantar agora, tal qual o romance de George Orwell, se transforme em realidade triste, realidade da vida nacional. É que estes homens que no Poder perseguem, massacram, discriminam, têm atitudes de corrupção, é que se apresentam aos olhos da Nação como os homens da mudança, como os homens da possibilidade de solucionar os problemas nacionais. Ora, eminente Deputado, veja Vossa Excelência, o homem da corrupção do Paraná, o homem da perseguição de Minas, o homem dorminhoco de São Paulo é que terá condições de solucionar os problemas nacionais?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sem querer atrapalhar o raciocínio de Vossa Excelência, eu gostaria também de rememorar mais o seguinte: o PMDB quando fez sua campanha em busca do Palácio do Governo, em 82, fez críticas muito mais sérias contra as mordomias do Governo Federal.

Recordo-me que quando tínhamos no Paraná a visita de algum Ministro, esta Assembléia ouvia pronunciamentos efervescentes de Deputados do PMDB, então na Oposição ao Governo do Estado, contra o uso dos aviões da FAB no transporte dos Ministros de Estado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas Vossa Excelência vai me permitir, no Paraná nós temos novo xeique. Tem até um Palácio voador, agora. Não é tapete voador.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu vou chegar lá.

E bradavam os Deputados do PMDB: "os aviões de carreira aí estão. Quantas empresas comerciais tem este País, que poderiam perfeitamente transportar por tarifas econômicas os Ministros do Governo Federal". Eu até imaginava que um dos primeiros atos do Governador eleito José Richa fosse extinguir, debelar, todas as mordomias colocadas ao alcance de seu Governo. Seria um gesto moralizador, democrático e coerente. Mas, nós nos decepçamos, aliás, estamos nos decepçando a cada dia e a cada hora e a cada minuto, porque coerência desses peemedebistas, não podemos esperar. E o que acontece?

Quando nós imaginávamos que o PMDB fosse acabar, colocar em processo de extinção a mordomia oficial, o que é que faz o PMDB? Despreza os aviões de carreira que eram tão úteis ao tempo em que o PMDB era

Oposição, faz uma operação triangular marota com uma empresa de São Paulo para internar um avião estrangeiro aqui no Brasil, através da Transportes Aéreos Regionais, a mesma empresa que transportou há pouco os jornalistas que faleceram no acidente. Esta empresa vai buscar o avião nos Estados Unidos, traz o avião para o Brasil, porque o edital de concorrência pública dizia que o avião tinha que ter matrícula nacional, e o Governo do Paraná, comprometido com o combate às mordomias, vai ter à sua disposição, um jato, 4 bilhões de cruzeiros.

E vou aproveitar para fazer mais uma denúncia aqui: uma escola municipal aqui de Curitiba, está sendo ampliada com dinheiro de professores e da comunidade, e esta foi uma exigência do Prefeito para manter os professores lotados nessa escola. Se não houvesse ampliação sob as expensas dos professores, já tão mal-remunerados, eles seriam removidos para escolas distantes. E, no entanto, para comprar um jatinho, pela insignificante - segundo o PMDB - importância de 4 bilhões de cruzeiros, o Governo do Paraná tem dinheiro. Então, aí está, realmente, o neologismo do PMDB; aí está a nova língua a que se refere Vossa Excelência.

E o povo frustrado, Deputado Luiz Alberto, frustrado, porque cada vez mais o povo menos acredita nos políticos por essas incoerências todas. E nós nos insurgimos contra esse estado de coisas, exatamente na hora em que as esperanças dos brasileiros como que renascem, porque é a sucessão presidencial.

E, num País de jovens, quem vai concorrer pelo PMDB é um quase octogenário; e num País em que, se busca o combate à corrupção, o seu Vice-Presidente vai ser o grande protetor da corrupção denunciada pelo PMDB, o silente, mudo, calado, José Sarney, hoje, honra e glória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Para nós, nada mais, nada menos, do que um rasteiro traidor.

O Sr. Luiz Alberto OLIVEIRA — Esse diálogo que Vossa Excelência trava comigo nesta tribuna é muito interessante para registrar o posicionamento pessoal que adoto também nesta hora crucial para a vida política, e Vossa Excelência rememora alguns fatos. E rememorei o escândalo dos dólares, que foi inadequação política, segundo José Richa. O escândalo do Porto de Paranaguá foi inadequação administrativa. Vossa Excelência traz agora o escândalo a jato, onde o Governador José Richa, qual "Califa" moderno, não precisando mais usar o tapete voador para seus encontros de "mil e uma noites", com os oportunistas políticos de ontem, ele compra num escândalo em dólares também, um avião a jato. Um avião a jato por orientação do seu sócio, do Diretor do Departamento Aéreo-Portuário do Estado do Paraná, sócio do Governador José Richa, o Sr. Francisco Favoreto e sócio também de um outro homem que conhece muito de avião, conforme o que Vossa Excelência lembrou: Francisco Simeão Neto. Sócios que foram num empreendimento no Maranhão, onde compraram, a juros de 6%, do Banco Basa. Eles que combatem tanto o juro, compraram uma área de 44 mil alqueires de terra, com financiamento do Governo Federal, quando o Governador José Richa era Senador da República. Por sua interferência, conseguiram títulos sabe de que Estado? Do Estado do Maranhão, que era governado naquela época por um cidadão chamado José Sarney. Quarenta e quatro mil alqueires de terras!

Aqui no Paraná, o Governo do PMDB diz ainda que quer solucionar o problema dos sem-terras!

Pois bem. As sociedades estão aí. O Governador José Richa retirou-se desta sociedade em 1976, mas o Sr. Francisco Favoreto, que foi o piloto da campanha, com

o avião do Sr. Francisco Simeão, comprado com o crédito para fazer o financiamento daquelas fazendas no Maranhão, e que não fizeram, e compraram o avião, conforme denuncia a revista "Isto É", ainda o Sr. Francisco Favoreto é sócio de uma empresa de táxi-aéreo em Curitiba; porque o Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto vendeu a sua participação numa das empresas que possuía de avião comercial particular.

Entretanto, o Sr. Francisco Favoreto, conhecido como "Quico", continua como sócio desta empresa...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência sabe quem é a empresa que mais vôos de aluguel faz para os Secretários de Estado do Governo José Richa? É exatamente esta empresa onde o Sr. Francisco Favoreto participa como acionista.

Por isto Vossa Excelência vai perceber que não foi sem razão a declaração do Governador José Richa, quando não opôs nenhum obstáculo para que o Sr. José Sarney fosse escolhido o candidato à vice-presidência do ex-Deputado Estadual, do ex-Deputado Federal, do ex-Senador, do ex-Diretor do Banco do Brasil, do ex-candidato derrotado Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Do ex-Primeiro Ministro do "janguismo"...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — ... do ex-Primeiro Ministro do "Janguismo". Por isto Vossa Excelência vai perceber que há uma série de interesses e de conexões que começam em conexões empresariais e que terminam em conexões políticas. Estas conexões não podem ser transmitidas à opinião pública como ato de coerência, como ato de salvação nacional. Ao contrário. Cabe a Vossa Excelência, cabe aos companheiros da bancada de Oposição nesta Casa, que conhecem o Governo, que conhecem o regime do "mordomato" que o PMDB implantou no Paraná, levantar as suas vozes para dizer à opinião pública nacional, o caminho da salvação, o caminho da solução dos problemas brasileiros, não passa nunca por uma aliança, esta sim espúria, que afronta os princípios da dignidade política em política, eminente Deputado, é possível transigir, é possível conciliar, mas não é possível perder a dignidade e os oportunistas do PDS, como os oportunistas do PMDB estão fazendo nesta hora tão grave para a vida nacional, a aliança mais espúria da história política administrativa do País.

Muito obrigado pelo aparte e meus cumprimentos às atitudes de coerência e de fidelidade a princípios e a idéias, que notabilizam a atuação de Vossa Excelência como Secretário Geral do meu partido.

Vossa Excelência disse muito bem, numa ocasião em Telmaco Borba, partido não é sigla, partido são homens, partido muitas vezes não é só o programa, porque nós sabemos que os programas partidários pregam praticamente a mesma coisa, partido é a atuação digna, perseverante de cada um de seus membros, o PDS no Paraná, hoje mais do que nunca, está revigorado, pode enfrentar a população paranaense olhando no fundo dos olhos do seu eleitorado e dizer que nós os Deputados Estaduais, a totalidade dos Deputados Estaduais, a unanimidade dos Deputados Estaduais, repudia o acordo do oportunismo, o acordo da barganha, não só nós, Deputado Ailton Cordeiro, a população brasileira, segundo revela um insuspeito jornal, a "Folha de São Paulo", diz que sessenta e um por cento da população brasileira consultada, considera o acordo PMDB com os derrotados do PDS, como o acordo dos oportunistas.

Não foi feito este acordo pelo patriotismo, pela solução do problema nacional, mas foi feito isto sim para que oportunistas do País inteiro, que existem lamentavelmente no nosso partido e que existem no PMDB, pudessem se unir esquecendo, esquecendo sem ficar vermelho no rosto, que até há um mês atrás, até há três meses atrás eles consideravam o Colégio Eleitoral como o local fétido, o local imoral e agora o PMDB se joga ao Colégio Eleitoral, procura cooptar os votos do outro

partido, que partido é este que não respeita o partido adversário, que moralidade política é esta que procura comprar através de cargos, consciência de seus adversários.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado, e concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço a Vossa Excelência o aparte e me congratulo com o posicionamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — O agradecimento é meu pela colaboração extraordinária que Vossa Excelência traz a este pronunciamento e queremos comunicar à Casa que estaremos aqui permanentemente vigilantes para cobrar esta incoerência do PMDB. Não haverá registro na História Política do Brasil, que preste alguma homenagem ao PMDB, neste momento. Porque somente interessa ao PMDB atingir o poder. Não importando os meios e os caminhos; as vias transversas, ou as imoralidades, ou as barganhas ou as negociações. Este Brasil, lamentavelmente, está sendo loteado por aqueles que em busca de uma nova perspectiva de poder, fazem uma aliança rejeitada pela opinião nacional, conforme afirmou Vossa Excelência com base na pesquisa da "Folha de São Paulo".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da professora Avany Linhares Masetti, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela 64ª Assembléia Geral da Convenção Batista Paranaense, realizada no Município de Umuarama. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o projeto de lei que altera o dispositivo da Lei nº 6639, de 05.12.74. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo apoio financeiro e técnico para o cascalhamento das estradas de leito natural existentes na região pertencente ao Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo sejam destinados tratores para prestar atendimento na zona rural do Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a implantação do sistema de microbacia no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Moção de Apoio às reivindicações do conjunto dos servidores federais pertencentes às instituições federais dos organismos da previdência social. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, encarecendo a implantação de uma indústria de fiação no Município de Goioerê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 33º aniversário do jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação e instalação de uma CIRETRAN no Município de Pérola. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Prefeito Municipal Osvaldo Laghi, pela forma de administração imposta ao Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "A Grande Prova". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa do pronunciamento do Sr. Antônio Carlos Correa, Vereador à Câmara do Município de Paranaguá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de repúdio à Confederação Brasileira de Futebol, pela decisão de oficializar, sem competição prévia, um clube paranaense na tabela de ouro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, eu tenho o mais profundo apreço e amizade pessoal pelo Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Sr. Haroldo Alverges.

Mas, em nome do interesse do futebol do Paraná e de todos os seus clubes filiados, eu proponho à Casa, um adendo ao requerimento do nobre Deputado Anibal Khury e já encaminharei por escrito à Mesa. É para que, o Senhor Presidente da Federação Paranaense de Futebol renuncie de imediato o seu cargo. Porque ele, na realidade, trabalhou contra os supremos interesses do futebol do Paraná.

E, eu faço o seu pedido de renúncia por um motivo. Se ele tinha conhecimento da decisão do Presidente da CBF, que é também a sede da incompetência nacional em matéria de futebol. Se ele tinha conhecimento da decisão e calou, traiu o futebol do Paraná. E, se ele não tinha conhecimento prévio da decisão da CBF, porque ele é incompetente para dirigir o supremo destino do futebol paranaense, em que pese o apreço e a amizade pessoal que eu tenho pelo presidente da Federação Paranaense de Futebol, mas não se pode admitir tamanha discriminação, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, mormente nós que convivemos dentro do esporte, dentro do futebol profissional, como presidente que somos do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros e conhecemos os pesados investimentos que esta agremiação fez para consolidar, para abrilhantar a disputa do campeonato paranaense, embora não estejamos lutando diretamente pelo título dado aos maus resultados que tivemos até aqui, mas ninguém pode negar o nosso esforço, o investimento pesado que nós fizemos para montar uma equipe competitiva, uma equipe que pudesse realmente colaborar para que o campeonato paranaense do corrente ano realmente alcançasse o realce que ele precisa no conceito do futebol nacional. E a par do Pinheiros, o Londrina, o Grêmio de Maringá, de Cascavel, o Colorado, enfim todos os clubes. O Clube Atlético Pa-

paranaense, que tão brilhantemente representou o Paraná em dois campeonatos nacionais, foi aliado de maneira traiçoeira, de maneira vil, de maneira objetiva. Nós não podemos mais permitir que se tripudie sobre o futebol do Paraná.

Nós não podemos mais consentir que homens incapazes dirijam os destinos do futebol paranaense.

Por esta razão, nós nos associamos ao requerimento do nobre Deputado Anibal Khury. Nós pedimos vênias a Sua Excelência para acrescentarmos um parágrafo pedindo a renúncia imediata por incompetência. Já não digo por traição, porque não conheço, não posso penetrar na alma humana, não sei o que houve, mas, por incompetência do atual presidente da Federação Paranaense de Futebol. E o nosso repúdio, é preciso que a Assembléia realmente tome partido nesta questão, que a própria Mesa Executiva officie ao presidente da CBF e que não aceitemos mais imposições abjetas como esta que se faz ao futebol do Paraná sem nenhum demérito ao Coritiba Futebol Clube, que é, realmente, a única agremiação que honra, que orgulha e que enobrece o futebol paranaense.

Nós sabemos das suas brilhantes campanhas, nós sabemos que o Coritiba é uma legenda viva no futebol do Paraná. Mas, o desprezo, o demérito que se jogou sobre as demais agremiações, é que nós consideraremos inaceitáveis.

Era esse o nosso pronunciamento no encaminhamento da votação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação.
— **Aprovado.**

A Mesa coloca em votação a emenda proposta pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury.

Em votação. — **Aprovada.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 110/84.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 111/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nºs 112/84 e 113/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GERNOTE KIRINUS, EM SESSÃO DO DIA 1.º DE AGOSTO DE 1.984.

ASSIS CHATEAUBRIAND: UM MUNICÍPIO CAMPEÃO NACIONAL EM RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

Assis Chateaubriand é hoje o espelho de uma administração honesta, dedicada e voltada para a causa pública, pois em menos de um ano e meio, através de um trabalho do Prefeito OSVALDO LAGHI, o Município saiu das profundezas escuras das dívidas contraídas na gestão anterior, para um patamar límpido e que vislumbra um futuro de grandes realizações.

A equipe do Departamento Financeiro foi obrigada a realizar trabalho de mestre para equilibrar o comportamento deficitário e posteriormente atingir um superávit no setor, e tudo isso em 17 meses.

Quando o Prefeito Osvaldo Laghi assumiu as rédeas do Município, a situação era desoladora, a tal ponto que para cada um mil cruzeiros em dívidas vencidas e empenhadas, existia disponível em caixa apenas um cruzeiro e 22 centavos.

Isso significa que: a dívida empenhada e vencida em 1.º de fevereiro de 1983, era de Cr\$ 302.269.440,85 somando-se Cr\$ 200.000.000,00 em dívidas de convênio o que equivaleria aproximadamente a Cr\$ 500.000.000,00, sendo que todo o dinheiro disponível destruído em 11 agências bancárias, somava-se apenas Cr\$ 370.210,00.

Pode-se afirmar hoje, categoricamente, que Assis Chateaubriand teve uma recuperação em suas finanças, no Paraná e quiçá no Brasil.

Uma Prefeitura soterrada por uma avalanche de dívidas e um parque de máquinas esfacelado, não foi obstáculo para OSVALDO LAGHI impor um sistema de trabalho honesto e dinâmico, cujo resultado se avalia hoje através de superávit, ao completar 17 meses de administração.

A recuperação foi penosa, mas rápida e ascendente, sendo que ao completar onze meses, já existiam para cada mil cruzeiros em dívidas vencidas, cento e dez cruzeiros disponíveis.

Hoje, perfazendo um ano e cinco meses frente ao paço Municipal, a situação anterior mostra outra figura, pois encontramos, para cada mil cruzeiros em dívidas vencidas, 790 cruzeiros disponíveis.

Posto isso, pode-se afirmar com segurança que houve uma recuperação de setecentas e noventa vezes superior ao montante encontrado em dívida.

Na época, para se ter uma idéia pormenorizada, em princípio de 83, a criança nascida em Assis Chateaubriand, vinha ao mundo devendo de onze mil cruzeiros, isto é, uma família com seis pessoas devia ao município, no caso de uma distribuição per-cápita da dívida, mais de 66 mil cruzeiros, o equivalente a 3 salários-mínimos.

Se fôssemos corrigir pela inflação, o município estaria devendo atualmente 48 mil cruzeiros e uma família com seis pessoas estaria devendo 291 mil cruzeiros aproximadamente.

Hoje o município Chateaubriandense pode-se sentir livre de todo esse peso, pois o município já trabalha com superávit, isto é, com todas as dívidas vencidas já pagas e com dinheiro no cofre, restando apenas as dívidas a vencer.

A casa, finalmente, foi arrumada. Agora, OSVALDO LAGHI, a partir de 1985, passará a aumentar o seu ritmo de Realizações como se Realizações não fossem a moralização Administrativa, a Atualização da Folha de Pagamentos (os funcionários recebiam em atraso), a Conclusão do Terminal Rodoviário cujos gastos, pela sua localização, foram superiores à construção em si, do Prédio. Como se realizações não fossem a construção do moderno Prédio da Escola Apolo 11 e a Reatuação do parque de Máquinas e das Estradas Rurais Municipais onde mais de 15 (quinze) pontes foram levantadas em padrões adequados. Como se realizações não fossem o atendimento na área da Saúde, da Educação e trabalho comunitário.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 1.º DE AGOSTO DE 1984.

A GRANDE PROVA

Muito embora a Nação tenha sido posta, pela força dos fatos, frente a frente com o Sistema, alguns ainda resistem à idéia de admitir que o confronto entre a

conciliação (que traz consigo o progresso) e o Statu quo que permitirá o regressismo) se dará nas urnas não suficientemente legítimas do colégio eleitoral. É nesse contexto que se inserem as palavras do porta-voz do Palácio do Planalto a respeito da possibilidade de lançar-se candidatura militar. "Nenhum militar impedido de ser lançado candidato, pois, constitucionalmente tem este direito como qualquer outro cidadão. Se algum militar reunir mais de dez por cento dos votos dos convencionais (do PDS), poderá ser lançado".

Apesar da ressalva expressa de que se ignora qualquer articulação nesse sentido, não há dúvida de que a legislação atinente ao fato parece dar forma às idéias do Sr. Carlos Átila. É para esse pormenor que se deve atentar e se quiser exorcizar essa última tentativa — se existir — de confundir o Partido dos Seduzidos ou o próprio Sistema com as Forças Armadas, hoje voltadas para sua missão constitucional e confiantes em que a classe política saberá cumprir seu dever e abrir os caminhos que conduzirão ao Estado de Direito e a uma democracia sem privilegiados e sem os tentáculos da Coisa Nossa.

De qualquer maneira, a resposta do Sr. Carlos Átila indica que o regime ainda não aceitou a perspectiva de o Sr. Tancredo Neves vir a ser consagrado pela união do PMDB com aqueles do Partido Democrático Social que, finalmente, perceberam o sentido do anseio popular. Foi um longo processo, ao cabo do qual os eleitos pelo verdadeiro PDS entenderam que nada mais os unia a seus eleitores, em boa parte mobilizados pela campanha das diretas-já e em sua totalidade postoa a confirmação. do Sistema. O Sistema, para esse eleitorado, quer perpetuar-se, seja sob a forma da candidatura Andreazza — o mais os tenitivo representante desses 20 anos — seja sob nova feição, a da candidatura do Sr. Paulo Salim Maluf, que inicialmente tentou apresentar-se como o anti-Sistema, mas não podendo esconder suas origens políticas, nem os métodos que utilizou para chegar onde, infelizmente, o levou a timidez (ou a cumplicidade) de muitos governos revolucionários, acabou identificado com o statu quo e pedindo descaradamente o apoio do presidente da República para eleger-se sucessor dele. A Nação repudiou tudo isso nos comícios pelas diretas-já; na campanha que o Sr. Tancredo Neves promete fazer em defesa de sua candidatura, terá ocasião de demonstrar, mais uma vez, que se opõe a esse estado de coisas.

Considerada à luz de uma perspectiva histórica mais ampla, é a solução Tancredo Neves a melhor?

talvez não; a política, porém, faz-se no aqui-e-agora, há sempre o momento em que se chega ao fim da viagem, quando é necessário tomar a decisão. Mesmo que não seja o ideal, ninguém negará ao governador mineiro aquela qualidade sem a qual qualquer projeto político, hoje, correrá risco de levar o País à radicalização de posições. Moderação, vale dizer, a faculdade de refletir sobre a História e sobre os sentimentos da gente brasileira, agindo, em conseqüência. Não é, também, o governador das Alterosas um jejuno no plano federal. Sua carreira de parlamentar e ministro, nos momentos mais difíceis da vida política nacional, consolidou-lhe o conhecimento mais do que dos homens, que passam, das instituições, que ficam. Será com as instituições que Sua Excelência deverá governar, servindo-se evidentemente dos homens. No cenário político nacional, após o repúsculo dos líderes à direita e à esquerda promovido pelo movimento de março, quem melhor do que Sua Excelência reúne condições de enfrentar a borrasca econômica-social que se prenuncia

sem lançar mão de surrados clichês e sem criar a psicose coletiva?

A circunstância de em diferentes setores de opinião majoritariamente ligados ao Executivo ou à candidatura Paulo Salim Maluf - estar-se difundindo o rumor de que Tancredo Neves levará o Brasil a um regime esquerdizante (temor de que partilha o próprio presidente Figueiredo) é indicativa do grau de radicalização que a campanha eleitoral vai assumir. Que não haja ilusões: apesar de impleto ser indireto, as oposições deverão buscar nas praças públicas o batismo de legitimação - de que se consideram carentes - para entrar na sala em que se reunirá o colégio eleitoral. Porque não imaginar que por outros meios - ou alguém concebe um comício multitudinário para apoiar Maluf ou Andreazza? -, o candidato do sistema também não aceitará o desafio do adversário? Ou não sairá na frente, procurando criar, à velha maneira das diretas nazi-fascistas a que se referia o vice-presidente Aureliano Chaves, a impressão de que o Brasil está a beira do caos provocado pelas esquerdas?

De parte a parte, a campanha eleitoral será das mais duras - e será assim pela simples e boa razão de que o que está em jogo é sério demais. Quando dissemos que a Nação se coloca contra o sistema, não exageramos. Pela força dos fatos, Tancredo Neves acabou por personificar a aspiração de se construir uma sociedade aberta, plural e democrática, em oposição ao candidato que vier do PDS, o partido do Sistema. Ora, se assim é, o que estará em jogo em 15 de janeiro de 1985 será a continuidade do statu quo (vale dizer, a oligarquia, a coisa Nossa, os acordos criminosos que envolvem até mesmo homicídios ao amparo de pessoas acima de qualquer suspeita) e o regime da Lei, evidentemente fundado na ordem. Pode alguém supor que a oligarquia, consolidada ao fim de 20 anos de regime autoritário, queira entregar o poder sem mais nem menor? Ou que as oposições - somadas à boa consciência do Partido Democrático Social, ante a efetiva possibilidade de chegar ao poder e dar povo de corresponder à confiança que o eleitorado nelas vem depositando desde 1974 - recuem diante do menor desafio?

O que está em jogo é o poder - não deve haver ilusões. Por isso, os meses que medeiam entre as convenções e o colégio Eleitoral serão decisivos para o futuro do Brasil. Todas as reservas de paciência, de manhã e de audácia serão pequenas para os que devem enfrentar o Sistema. De agosto a janeiro, os membros do colégio eleitoral ainda indecisos deverão decidir-se; sobre eles se exercerá pressão irresistível - e, como todos sabem que essa pressão crescerá à medida que a opinião tomar partido, será nas praças públicas que se decidirá o destino da votação do colégio eleitoral. Tentando impedir as eleições diretas, o Executivo acabou criando situação irreversível e dramática, pois a decisão sobre o nome do futuro presidente será imposta nas praças, ao calor das paixões.

Se a democracia, que começa a dar seus primeiros passos, resistir a essa terrível prova, o País terá perspectivas mais promissoras.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON BUFFARA,

EM SESSÃO DO DIA 01 DE AGOSTO DE 1984.

ANTÔNIO CARLOS CORREIA

Vereador de Paranaguá - PDS

Sei que todos os meus colegas de Partido e da Bancada, nesta Casa, estavam melhor credenciados do que eu, para falar sobre os 336 anos da nossa Paranaguá.

Contudo, a incumbência recaiu sobre mim, por deferência dos colegas e da Presidência da Câmara.

Assim sendo, pretendo abordar o fato pelo ângulo da atualidade, deixando de lado toda a nossa história passada. Não porque o nosso glorioso passado não mereça destaque. Ao contrário, temos a maior veneração pelo que Paranaguá representa em história, para o Paraná e para o Brasil. Mas é que o nosso passado já é conhecido, cantado em nossa prosa e verso. É imutável.

Talvez este não fosse o momento adequado para verberar a nossa insatisfação, pelo desprezo político a que fomos relegados, desde há muitos anos e especialmente nos tempos de agora.

Porém, não posso calar. Devo e preciso dizer que a nossa Paranaguá, o nosso mundo político, as nossas lideranças, têm sido desconsiderados pelos Governos estaduais.

E esta constatação se infere de imediato, ao constataremos que Paranaguá não ocupa um lugar no primeiro escalão dos governos estaduais desde a década de 50, quando, pela vez última, um ilustre parnanguara ocupou a Secretaria de Estado da Educação.

E nem se diga que, hoje, temos um Vice-Governador, ocupante de uma Secretaria de Estado, e de Finanças.

O Vice-Governador, um parnanguara que jamais escondeu a sua origem natal, ainda que seja motivo de orgulho para a nossa terra, não foi requisitado, quando de seu ingresso na carreira política, dos quadros partidários locais. Talvez, se aqui estivesse fazendo política jamais tivesse sido lembrado. E atrevemo-nos a dizer que, como parnanguara, só foi chamado às lides políticas para conquistar a posição que conquistou, porque tinha como domicílio a Capital do Estado. Seu talento e sua capacidade só foram reconhecidos porque construiu sua imagem nos círculos de Curitiba.

Por isso, a situação é triste para uma cidade que completa 336 anos e é considerada como berço da civilização paranaense.

Os governos que vêm e que vão, formam, há quase trinta anos, o seu primeiro escalão, sem jamais se lembrarem de Paranaguá.

Uma espécie de sentimento de rejeição, latente, se faz sentir com respeito à nossa terra. O novo despreza o velho, enfeitando-o. O Paraná que floresceu de meio século para cá empalma, junto com

a Capital, todas as posições de destaque dos Governos que se sucedem, voltando as costas para a cidade que é raiz e razão de todo este Estado.

Será que não temos gente capaz para exercer esses cargos? Será que nos falta capacidade para tanto?

Não só isso, porém. Não de concordar comigo todos os meus pares e sei que, conosco, está a opinião pública parnanguara, ao acrescentarmos que agora não somos rejeitados só para o primeiro escalão.

Na atualidade o fenômeno se estende também para os cargos de segundo escalão na hierarquia administrativa do Estado. Os parnanguaras estão sendo vetados até para funções para as quais estariam naturalmente habilitados.

É preciso que se diga que nenhum de nós faz restrições às pessoas que, vindas de fora, muitas vezes têm auxiliado o progresso de Paranaguá. Até mesmo temos tido exemplos notáveis, inclusive em nosso passado recente. Para só citar um exemplo, recordamos a figura de uma saudosa memória, do engenheiro Arthur Miranda Ramos, que dirigiu a Administração do Porto e consagrou-se como um grande talento. De tal maneira que tornou-se um parnanguara de coração, a ponto de haver recebido o reconhecimento do povo através das urnas, ocupando, durante uma legislatura, uma cadeira nesta Casa.

Portanto, não queremos que as pessoas, os profissionais convocados pelo atual Governo para ocupar posições de destaque em nossa cidade, tenham a nossa manifestação como uma crítica a qualquer deles. Pelo contrário, queremos e desejamos a eles o mais inteiro sucesso na missão que lhes confiara. E não deixaremos, em momento algum, de lhes emprestar apoio para isso.

A questão deve ser vista por outro ângulo. O de menosprezo ou do esquecimento para com a cidade de Paranaguá, que parece existir, no, mapa dos governantes, somente em campanhas eleitorais, quando eles que aqui vêm para pleitear voto e apoio.

Paranaguá se sente preterida. Não por culpa exclusiva do atual Governo. O fenômeno não é de agora. Como já dissemos, vem de quase trinta anos passados.

A abordagem do problema, que agora fazemos, não deve, também, ser vista por questões partidárias. Não. Estamos levantando a questão, nesta sessão solene, traduzindo o sentimento de frustração da coletividade.

Do alto dos seus 336 anos, Paranaguá não mais pode aceitar esse esquecimento. Não mais queremos ser tratados como um bando de incompetentes e incapazes. Não mais aceitamos a conceituação, formulada por vários governantes, de que somos uma cidade dividida, onde só as divergências imperam. Experimente, algum Governo, o atual ou o próximo, escolher um parnanguara, de que Partido for, para integrar o seu primeiro escalão, que irá receber, então, a manifestação de unidade de toda a gente parnanguara.

Mas, nem só de desabafo deve ser este nosso pronunciamento. A par desta colocação que julgávamos indispensável fazer, ainda que correndo o risco de muitos mal-entendidos, queremos, igualmente, saudar a Paranaguá bem cuidada e alegre que estamos vendo neste aniversário. Manifestar o nosso aplauso — com a mesma liberdade com que aqui já fizemos críticas — ao trabalho apresentado pela Prefeitura Municipal.

Acontece que Paranaguá é, como dissemos, um passado glorioso, hoje representado pela sua memória literária e pelo centro histórico. Paranaguá é, também, um presente dinâmico e progressista, apesar de todas as dificuldades econômicas da Nação, que aqui se refletem. E Paranaguá é, sobretudo, o futuro, pelo crescimento do seu Porto, trazendo reflexos para todo o Município.

Esse conjunto harmonioso, de passado presente, como base de um futuro brilhante, tem sido cuidado e cultivado com grande habilidade pela atual Administração Municipal.

Quem percorrer Paranaguá, do centro aos bairros vai sentir a presença marcante da Administração Municipal.

No centro, as obras de conservação e revitalização da parte histórica traduzem um grande respeito para com o nosso

passado. E isso se reflete, com a mesma intensidade, nas atividades culturais desenvolvidas através do Conselho Municipal de Cultura, que, neste período, tem sido alvo de grandes atenções.

Nos bairros, sem alardes e sem placas personalistas, vai a Prefeitura pavimentando inúmeras ruas e estruturando todas as vias públicas com obras de drenagem e saneamento.

O programa de paisagismo e arborização se vai fazendo sentir a olhos vistos, pelo embelezamento das grandes avenidas, que agora têm um novo visual.

Na zona rural, representada pelas diversas colônias e o distrito de Alexandra, leva a Prefeitura a sua atuação, particularmente na conservação intensa das estradas principais.

Também nas praias se faz sentir a atuação prefereitural.

As ilhas, outrora esquecidas, agora recebem melhoramento urbanísticos — como é o caso dos Valadares — e obras fundamentais, tal como a escola primária inaugurada na Ilha da Cotinga.

No âmbito da assistência social, ninguém ousará negar aplausos para o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Serviço do Bem-Estar, cuja eficiência tem conseguido amenizar um pouco o drama dos carentes e necessitados.

É assim que vemos a Administração Municipal e esse é um motivo de grande satisfação, neste aniversário da cidade.

Não somos do mesmo Partido político do Prefeito, mas não tememos dizer aquilo que entendemos como fatos inegáveis.

Não se trata de uma administração portentosa, de feitos retumbantes.

É, antes, uma administração simples, fazendo aquilo que é simples.

Não inventou nada. Não construiu monumentos. Fez, até aqui, o necessário.

Mas logrou êxito. Conseguiu imprimir uma nova feição à cidade. Reinstalou a confiança. Fez renascer esperanças.

Isto é o que vale. E é assim que queremos ver Paranaguá, sempre.

Saudamos, pois, a nossa cidade, neste dia de festas, com alegria.

Apesar de não termos o nosso valor reconhecido pelos governos estaduais, estamos felizes.

Paranaguá, com sua gente e seus próprios recursos, constrói o seu futuro.

Estamos, pois, com o coração cheio de esperanças, pois confiamos em nós. Acreditamos em Paranaguá!

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 6ª Reunião Extraordinária

Aos cinco dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 09:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Srs. Deputados Márcio Almeida, Fiori Luiz, Adhail Sprenger Passos, Dirceu Manfrinato, Sabino Campos e Nilso Sguarezi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente reunião, convocando o Secretário para fazer a leitura da

Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento dos seguintes ofícios de n.ºs 390/84, 1407/83, 364/84, 202/83, 146/83, 1413/83, 1396/83, 450/83, 009/84 e ofícios da Rádio Cultura de Curitiba Ltda, e Fundação Champagnat. Na sequência, o Sr. Presidente disse também dos ofícios expedidos por esta CPI que levam os n.ºs que se seguem: 116, 115, 114, 112, 113, 110, 109, 108, 107, 106, 105, 104, 101, 100 e 099/83. Em seguida, o Sr. Presidente esclarece aos membros desta Comissão, sobre o resultado das investigações oficiais realizadas junto à Rádio Cultura de Curitiba e Rádio Paraná, referente à denúncia pessoal feita por um membro desta CPI, Deputado Nestor Baptista. Na sequência, o Sr. Presidente disse haver aceitado a solicitação do Sr. Boanerges de Menezes Caldas pedindo o seu desligamento das funções de Secretário desta Comissão, e que a Casa já designou um novo Secretário, o Sr. Ayrton Alves Aranha. No referente à mudança do Dr. Santos Lima para o Estado do Rio de Janeiro e sua ausência na Assessoria desta Comissão, o Sr. Presidente lamentou o fato, dizendo que oficiaria à Procuradoria Geral da Justiça, para que esta designe um novo Promotor de Justiça para assessoramento desta CPI. Deixando a palavra livre antes de entrar na distribuição da documentação recebida do IPE e do Tribunal de Contas, dela fizeram uso os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, para dizer que nesta fase dos trabalhos, já temos condições de imprimir imprimir uma dinâmica condizente com a experiência adquirida, e que, num prazo médio surjam conclusões concretas. Sugeriu ainda, que o material disponível colocado fosse colocado à dos Srs. Deputados Membros, para que os resultados possam ser divulgados. Sugestão acatada pela Presidência, foi noticiado ao Deputado que no momento vários membros desta CPI que são relatores parciais, receberão desta Presidência matéria pertinente, recém-recebida por esta CPI, e lembrou também o Sr. Presidente, que atualmente só temos dois processos, o do IPE e do Tribunal de Contas, que hoje será distribuído. O Deputado Adhail Sprenger Passos disse, na oportunidade, que está relatando assuntos referentes à FUNDEPAR e também da Secretaria de Estado da Cultura e Esportes. Propôs então, trazer na próxima reunião, o roteiro da Secretaria de Cultura e Esporte, deixando o da FUNDEPAR para reunião futura. Quanto à BANESTADO Reflorestadora, este Deputado, após tecer comentários sobre as denúncias veiculadas na imprensa e apresentadas no Plenário desta Casa, solicitou a inclusão na Ordem do Dia do assunto, para que esta CPI se pronuncie. O Sr. Presidente justifica a ausência do Deputado Paulo Furiatti, dizendo que a matéria referente ao Tribunal de Contas, já em poder desta CPI, encontra-se à disposição deste e dos demais Membros. Quando o Deputado Nilso Sguarezi disse que visto a iniciativa do Deputado Paulo Furiatti, a este a matéria deve ser remetida. O Sr. Presidente solicitou à Secretaria que tomasse as providências necessárias. O Deputado Márcio Almeida solicita que a matéria referente ao IPE fique sob a responsabilidade sua, dizendo também da possibilidade de trazer na

próxima reunião, um roteiro de investigações. O Deputado Adhail Sprenger Passos disse da necessidade de um Promotor para colaborar com a Comissão e o Sr. Presidente frisou que a dificuldade é maior quanto à apresentação do relatório onde esta necessidade de assessoramento é maior. O Deputado Fiori Luiz questionou a Presidência quanto ao andamento dos trabalhos já encaminhados por esta CPI. O Sr. Presidente os enumerou dizendo quais os Deputados e os encargos por estes assumidos: dizendo estar entregando agora, a documentação ao Deputado Paulo Furiatti. O Deputado Adhail Sprenger Passos colocou a questão das Secretarias que não remeteram a documentação solicitada pela CPI. A Presidência respondeu, dizendo haver solicitado a documentação a todos os órgãos constantes da relação, quando da instalação desta CPI e que estas solicitações foram reiteradas. Respondendo ao Deputado Fiori Luiz, o Sr. Presidente disse estar a cargo do Deputado Sabino Campos a questão BADEP, propondo na oportunidade que este Deputado elaborasse um roteiro. Pela Presidência foi colocada a questão da extinção do cargo de Relator Geral desta CPI, sob a orientação do PDS, declarado vago pelo não comparecimento desta bancada. Focando o caso pelo mesmo prisma legal, disse o Sr. Presidente nada haver em contrário. Foi proposto pela Presidência que para cada assunto houvesse um relator parcial com um auxiliar. Colocada em votação a matéria foi aprovada. O Presidente colocou a palavra livre em relação a questão BANESTADO, visto esta estar na pauta, a proposta de denúncia do Deputado Adhail Sprenger Passos. O Deputado Nilso Sguarezi esclareceu, na oportunidade, que a BANESTADO Reflorestadora não está encoberta pelo sigilo bancário e que a esta seja feito o pedido de informações. O Deputado Adhail Sprenger Passos solicitou fosse oficiado ao Presidente da BANESTADO Reflorestadora seu comparecimento na próxima reunião, para esclarecimentos. Assim sendo, o Sr. Presidente esclareceu que ao tomarmos esta providência em relação à BANESTADO Reflorestadora, não exclui o BANESTADO como um todo, como constava da proposta inicial da CPI. O Presidente esclareceu que por solicitação do Plenário já havia uma lista de nove testemunhas a serem ouvidas na questão em tela, e se estas seriam também ouvidas; quando o Deputado Adhail Sprenger Passos esclareceu que estas ficariam para ocasião futura, quando seria feita a devida triagem. O Deputado Fiori Luiz, em aparte, falou da prioridade que se estava dando ao caso BANESTADO Reflorestadora, quanto em relação a outros casos iniciados e não prosseguidos, como EMOPAR, Secretaria de Planejamento, BADEP, BANESTADO, SUREHMA, Secretaria de Segurança, TECPAR, SANEPAR, COPEL, PARANATUR, Imprensa Oficial e PROMOPAR. A Presidência concordou com a colocação, dizendo que não estava acontecendo uma prioridade e que não haveria prejuízo aos demais processos com esta deliberação. O Deputado Adhail Sprenger Passos disse então que o trabalho em relação aos processos colocados antes, não tiveram seu desdobramento, visto a falta de

documentos. O Deputado Márcio Almeida sugeriu que fosse dado um limite para a apresentação dos documentos solicitados, para que a CPI não interrompa o andamento dos trabalhos. O Sr. Presidente abordou a questão, dizendo que os meios para obtenção destes documentos tanto os legais, os oficiais e os oficiosos já estavam esgotados, e que a proposta do Deputado Márcio Almeida estava à disposição dos demais membros. Aceitando as propostas dos Deputados Márcio Almeida e Adhail Sprenger Passos, foi estipulado um prazo limite para o envio da documentação a esta CPI, prazo este delimitado ao final do mês de abril. Discutida a matéria, com intervenções dos Deputados Adhail Sprenger Passos, Nilso Sguarezi e Fiori Luiz, foi aprovado o prazo solicitado, 30 de abril. Após a deliberação, o Deputado Nilso Sguarezi disse da ouvida do Presidente da BANESTADO Reflorestadora ser pertinente, por tratar-se de um único depoimento. O Deputado Adhail Sprenger Passos reafirmou as palavras do Deputado que o antecedeu e que na próxima reunião seria aprovado roteiro, propôs também a convocação do depoente em questão. O Sr. Presidente acatou a proposta, anunciando esta medida para a próxima reunião, dia 12, às 09:00 horas. Em sua fala final o Sr. Presidente esclareceu aos Deputados presentes quanto às ausências e que tomaria as providências para que esta CPI não venha sofrer solução de continuidade. Nada mais havendo a ser deliberado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim, Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão e pelo Sr. Presidente, Deputado Rubens Bueno, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO – Presidente
Ayrton Alves Aranha - Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 15ª Reunião Ordinária

Aos doze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 10:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Srs. Deputados Sabino Campos, Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Acir Mezzadri e Tércio Albuquerque. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente reunião, convocando o Secretário para fazer a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento dos

seguintes ofícios de n.ºs ATCC 1264/83 e protocolado 2766/84, deste Poder. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou a expedição dos seguintes ofícios de n.ºs 01, 03 e 04/84. Pela ordem o Deputado Tércio Albuquerque falou de seu requerimento, anteriormente lido pela Presidência, dizendo estar ali, como representante do povo paranaense e não como Deputado membro desta CPI. Da pauta oitiva do Diretor Presidente da BANESTADO Reflorestadora, Dr. Antônio José de Santana Lobo Neto. O Sr. Presidente disse na oportunidade, do regulamento formulado pelo Deputado Tércio Albuquerque, aceitando a denúncia neste contida com o rol de testemunhas. A seguir, presta compromisso legal o Dr. Antônio José de Santana Lobo Neto, o qual, após exposição sobre as finalidades da empresa que preside, responde às indagações dos Srs. Deputados previamente inscritos, conforme consta da lista de inscrições anexas às notas taquigráficas. Na sequência, usaram da palavra os Srs. Deputados Márcio Almeida e Adhail Sprenger Passos, os quais requereram o envio a esta CPI de documentação por parte do BANESTADO S/A e BANESTADO Reflorestadora, documentação esta necessária para o encaminhamento da matéria hoje discutida. O Sr. Presidente solicitou aos Deputados Adhail Sprenger Passos e Márcio Almeida os roteiros sobre matérias a estes distribuídas, sendo definida a próxima reunião para a entrega deste material. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata que, lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Ayrton Alves Aranha — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 16ª Reunião Ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 10:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezzi, Fiori Luiz, Sabino Campos, Adhail Sprenger Passos, Dirceu Manfrinato e José Fonseca. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da reunião, convocando o Secretário para fazer a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento dos seguintes ofícios: 640/84, 498/84 e 419/84, e ofício da Liderança do Governo, encaminhando

documentação da Secretaria de Estado do Planejamento, comunicando também a expedição dos ofícios números 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/84. Da pauta, apresentação dos roteiros a cargo dos Deputados Adhail Sprenger Passos e Orlando Pessuti. O Deputado Adhail fez uso da palavra para tecer esclarecimentos sobre o roteiro referente à Secretaria de Cultura e Esporte, dizendo da impossibilidade de fazê-lo, visto a documentação em seu poder não oferecer condições para tanto. O Sr. Presidente consultou o Deputado da possibilidade da apresentação do roteiro na próxima reunião. O Deputado Adhail disse que iria àquela Secretaria tentar conseguir o material necessário, mas mesmo assim não via possibilidade de apresentação do roteiro em questão para a próxima reunião. O Sr. Presidente colocou em discussão a apresentação do roteiro que deveria ser apresentado pelo Deputado Orlando Pessuti, referindo-se à sua ausência e colocando também que este Deputado é suplente e não haver convocação definitiva para assumir uma vaga nesta Comissão. Disse também o Sr. Presidente que vários Deputados já haviam faltado a três reuniões consecutivas e que deveriam ser declarado vagos seus cargos, fato este que comunicaria à Presidência da Casa e à Liderança da Bancada do PMDB. O Deputado Nilso Sguarezzi questionou da convocação para esta reunião, quando o Sr. Presidente disse que todos os Deputados estavam cientes da reunião. O Deputado José Fonseca, usando da palavra, disse ter consigo a documentação referente ao IPE e requereu a oitiva das testemunhas Max Rosenmann, José Ratton, Hécio Buck Silva, Laertes Wille, Armênio Braz da Cruz Sobrinho, Ivo Monteiro e Adailton Ferreira. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação a data para ouvir os depoentes. O Deputado José Fonseca disse da necessidade da oitiva destas testemunhas pois trariam fatos novos. O Deputado Nilso Sguarezzi insistiu, na oportunidade, sobre o roteiro que seria apresentado pelo Deputado Orlando Pessuti, solicitando da Presidência, informações sobre os relatórios concluídos e encaminhados à Procuradoria Geral da Justiça. A Presidência esclareceu a questão, dizendo não estar inteirado do andamento destes processos na Procuradoria, mas que faria a consulta devida. O Sr. Presidente questionou o Deputado José Fonseca sobre o processo da Secretaria da Justiça - Penitenciária de Tamarana, quando este disse da necessidade de deslocar-se até Londrina para a verificação "in loco" dos fatos. Debatidos a data da visita pelos membros da CPI, esta ficou estabelecida a 12 de maio, sendo que o Deputado Fiori Luiz tomaria em Londrina as providências que achasse necessárias. Foi questionado pela Presidência, o Deputado Fiori Luiz sobre documentação a este entregue e referente à CAFE DO PARANÁ. O Deputado Fiori Luiz respondeu que solicitou mais alguns documentos da CAFE DO PARANÁ para que pudesse

cômplementar o relatório, ficando de apresentá-lo na próxima reunião. A Presidência solicitou do Deputado Sabino Campos roteiro referente ao ITC, ficando este Deputado de apresentá-lo na próxima reunião, independente de documentos solicitados ao ITC. A Presidência alertou o Deputado Sabino Campos sobre documentação à sua disposição referente ao BADEP, solicitando roteiro para a próxima reunião. O Deputado Adhail Sprenger Passos teceu considerações sobre assuntos de sua responsabilidade, ficando de apresentar roteiros na próxima reunião sobre FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação. O Sr. Presidente disse na sequência, dos processos distribuídos e dos respectivos relatórios e solicitou à Secretaria desta Comissão, informação sobre o prazo de 180 dias para a CPI concluir seus trabalhos. O Deputado Nilso Sguarezi fez sugestão à Presidência para que se oficiasse a cada Deputado membro desta CPI sobre o material a este distribuído e o atual estágio deste trabalho, como também, que a CPI usasse o Regimento Interno para as providências quanto aos Deputados faltosos com as responsabilidades assumidas. A Presidência esclareceu na oportunidade, os órgãos que, atendendo pedidos desta CPI, encaminharam documentos. Ficou decidido ainda que o Deputado Paulo Furiatti faria o roteiro referente à Secretaria de Agricultura e o Deputado José Fonseca, da SANEPAR. O Sr. Presidente encaminhou em seguida, documentação da Secretaria do Planejamento e da BANESTADO S/A Reflorestadora, respectivamente aos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos e Orlando Pessuti no momento já presente à reunião. O Sr. Presidente fixou para a próxima reunião, dia 3 de maio, a oitiva dos depoimentos das seguintes testemunhas: Max Rosenmann, José Ratton, Hélcio Buck Silva, Laertes Wille, Armênio Braz da Cruz Sobrinho, Ivo Monteiro e Adailton Ferreira. O Deputado Sabino Campos disse da necessidade de se restringir o tempo para a oitiva das testemunhas, dizendo haver matéria já discutida a respeito. O Deputado Orlando Pessuti escusou-se pelo atraso, e disse que após consultar-se com o Dr. Mauro Todeschini, faria um apanhado geral da questão referente à BANESTADO Reflorestadora e apresentaria o roteiro para a próxima reunião. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, mandando lavrar a Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Ayrton Alves Aranha — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 17ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 10:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Sabino Campos e contando com a presença dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Adhail Sprenger Passos, Caíto Quintana, Nestor Baptista, José Fonseca, Fiori Luiz, Márcio Almeida, Dirceu Manfrinato, Paulo Furiatti e Homero Oguido. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos, convocando o Secretário para fazer a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento dos seguintes ofícios de números SGD- C/0728/84, DS 525/84, 748/GAB/84 e a expedição dos ofícios de números 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23/84. Da pauta, oitiva das testemunhas adiante citadas, referente a possíveis irregularidades no IPE: Dr. José Ratton, Max Rosenmann, Dr. Hélcio Buck Silva, Laertes Wille, Armênio Braz da Cruz Sobrinho, Ivo Monteiro e Adailton Ferreira. Quando da oitiva do Dr. José Ratton, o Deputado José Fonseca apresentou requerimento solicitando a ampliação inquisitória sobre as pessoas convocadas para deporem nesta CPI. As testemunhas prestaram o compromisso legal, com exceção do Dr. Hélcio Buck Silva, que na condição de Procurador da Justiça e na qualidade de Presidente da Comissão de Sindicância instaurada no IPE prestou informações a esta CPI. Este Procurador disse da maneira pouco airoso que a imprensa noticiou a convocação das testemunhas a esta CPI, dando um sentido diferente da situação em que estas testemunhas vieram depor. Apresentou e leu, na oportunidade, nota publicada na sexta página do jornal "Gazeta do Povo", de 03 de maio do corrente ano. Da Ordem do Dia: Apresentação de roteiros referentes à Secretaria de Cultura e Esporte, BANESTADO Reflorestadora e ITC, respectivamente pelos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, Orlando Pessuti e Sabino Campos. O Deputado Adhail Sprenger Passos não apresentou seu roteiro pelas razões que apresentou à CPI. Este Deputado, justificando a ausência do Deputado Orlando Pessuti, apresentou roteiro da BANESTADO S/A Reflorestadora. Na sequência, assumiu a presidência o Deputado Adhail Sprenger Passos, dando assim oportunidade ao Deputado Sabino Campos para que apresentasse seu roteiro referente ao ITC. Os roteiros apresentados foram todos aprovados. O Sr. Presidente, antes de encerrar a presente reunião, colocou em discussão e votação as datas para serem ouvidas as testemunhas referentes à BANESTADO S/A Reflorestadora e ITC. Assim deliberados, estas oitivas ficaram

assim marcadas: para a reunião do dia 10 de maio, a da BANESTADO S/A Reflorestadora; para o dia 17 de maio, a do ITC. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata, que lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Ayrton Alves Aranha — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 18ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 10:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Sabino Campos, Nilso Sguarezi, Fiori Luiz, Márcio Almeida, Paulo Furiatti, Nestor Baptista, Orlando Pessuti e José Fonseca. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos, convocando o Secretário para fazer a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento do ofício de número 0792/84 e a expedição dos ofícios de números 24 - 25 - 26/84 - CPI/CA. Após a leitura dos ofícios, o Senhor Presidente falou do material em poder desta Presidência, referente a Secretaria de Segurança, EMOPAR e COPEL, que seriam posteriormente distribuídos. Da pauta, oitiva das testemunhas adiante citadas, referentes a possíveis irregularidades na Banestado S/A Reflorestadora: Paulo Roberto Cordeiro, Acir Macedo Guimarães, Bernardete Vítoia, Buridan de Paula Xavier e Hermann Ralf Piper. As testemunhas, após prestarem o compromisso legal, foram inqueridas pelos Senhores Deputados, conforme consta das notas taquigráficas. Na sequência usaram da palavra os Deputados Orlando Pessuti, para solicitar dossiê da firma Geosul Engenharia Rural Ltda. elaborado pelo I.T.C., e Deputado Adhail Sprenger Passos solicitando diligências junto a Fundepar. Na sequência, o Senhor Presidente colocou para a deliberação do Plenário, o roteiro para a visita à Penitenciária de Tamarana, o qual foi aprovado; solicitando à Secretaria, a entrega do material da Promopar ao Deputado Márcio Almeida. O Deputado Paulo Furiatti usou da palavra para propor a esta C.P.I. a apresentação dos roteiros específicos, da Secretaria da Agricultura para o próximo dia 17 de maio

e do Tribunal de Contas para o dia 24. O Deputado Fiori Luiz marcou para a reunião do dia 17 sua apresentação de roteiro sobre o Café do Paraná. Na sequência, o Senhor Presidente disse ao Deputado Orlando Pessuti da ausência do Senhor Fernão da Costa, nesta C.P.I., isto por motivo de viagem, e perguntou se dispensava a testemunha, sendo positiva a resposta do Deputado Orlando Pessuti. O Deputado Paulo Furiatti pediu para que o Presidente do I.T.C. e Prefeito de Castro fossem ouvidos em reunião do dia 17 de maio e teve a concordância da Presidência. Passando a Presidência ao Deputado Adhail Sprenger Passos, o Deputado Rubens Bueno colocou para discussão e posterior votação os três pontos que seguem: I) - O envio a esta CPI de toda a documentação da Comissão de Alto Nível, designada pelo Governador; II) - que toda documentação enviada pela Secretaria das Finanças ao Líder do PMDB nesta Casa, seja enviada à CPI; III) - que sejam realizadas diligências, primeiro, da confirmação ou não, das denúncias feitas na revista Veja na edição do último dia 5 de maio com relação, primeiro: que estas denúncias partiram do Senhor Chefe da Casa Civil, Deputado Federal Euclides Scalco, do Secretário do Planejamento Belmiro Valverde. E também, que outras diligências sejam feitas, com relação aos funcionários da Secretaria das Finanças sobre declarações que também foram feitas, publicadas na revista Veja, e do Senhor Romário Nogueira e Emilio Pederneira. E que ainda seja feita uma diligência ao Banco Mercantil de Descontos com sede em Curitiba, sobre empréstimos em nome pessoal do Senhor Secretário das Finanças no valor de 37 milhões de cruzeiros a dois por cento. E também o envio a esta CPI, das notas taquigráficas dos depoimentos dos Secretários do Planejamento e das Finanças, quando nesta Casa. Todas as diligências foram aprovadas. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata, que lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Ayrton Alves Aranha — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 19ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 09:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Deputado

Rubens Bueno, e contando com a presença dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Adhail Sprenger Passos, Nestor Baptista, Paulo Furiatti, José Fonseca e Fiori Luiz. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos, convocando o Secretário para fazer a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento de Ofícios números 691/84/GP, Reflor. 770/84, DP 299/84, Reflor. 772/84, DP/300/84 e a expedição de telegrama ao Sr. Prefeito Municipal de Castro e ofícios de números 24, 25 e 26/84-CPI-CA. Da pauta, oitavados Srs. João Bonifácio Cabral Júnior e Rivadávia Menarin. O Presidente do ITC, Sr. João Bonifácio Cabral Júnior, após prestar o compromisso legal, foi inquirido pelos Srs. Deputados, conforme consta da lista de inscrições e das notas taquigráficas. O Sr. Presidente comunicou ao Plenário a distribuição de material recebido da COPEL e Secretaria de Segurança, sendo esses distribuídos, respectivamente aos Srs. Deputados José Fonseca e Fiori Luiz, sendo feita a votação e aprovada. O Deputado Fiori Luiz requereu diligências junto à CAFE DO PARANÁ, Secretaria de Segurança, Secretaria da Agricultura, Corregedoria Geral da Justiça e oitiva das seguintes testemunhas: Sérgio I. Alberti e Nilton Soares de Oliveira referente à CAFE DO PARANÁ; sendo decidida a oitiva destas testemunhas para o dia 31 do mês em curso. O Deputado Paulo Furiatti usou da palavra para tecer considerações sobre as sindicâncias já efetuadas na Secretaria da Agricultura, apresentando requerimento para oitiva de testemunhas em dois blocos, não sendo decidido data. O Sr. Presidente solicitou aos Srs. Deputados que, nos pedidos para oitiva de testemunhas, sejam apresentados também os endereços destas. O Sr. Presidente nominou as testemunhas a serem ouvidas na reunião do dia 24 próximo vindouro e encerrou a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Ayrton Alves Aranha — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 20ª Reunião Ordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 09:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da

Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Srs. Deputados: Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, José Fonseca, Sabino Campos, Nestor Baptista, Dirceu Manfrinato, Mário Pereira e Paulo Furiatti. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos, convocando o Secretário para fazer a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento dos ofícios de números 248/84, 0814/84-DG e 0944/84. Quando da leitura do requerimento formulado pelo Sr. Ralf Piper, o Sr. Deputado José Fonseca pediu vistas, ficando de apresentá-lo na próxima reunião com seu parecer sobre o mesmo. Da pauta, oitiva das testemunhas abaixo relacionadas, referentes ao ITC: Maria Ângela Dalcomuni, Arthir Oscar Moreira Pires e Oswaldo Sthlschmidt. Estas, após prestarem o compromisso legal, foram inquiridas pelos Srs. Deputados, conforme consta da lista de inscrições e das notas taquigráficas. O Sr. Presidente disse da ausência da testemunha Wallace de Sena Pereira, sendo seu depoimento dispensado pelo Deputado Sabino Campos, relator da matéria. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: José Fonseca, para dizer que apresentará relatório da COPEL na próxima reunião; Márcio Almeida, solicitando a documentação da PROMOPAR que não foi entregue na Secretaria desta CPI; o Deputado Adhail Sprenger Passos recebendo documento da EMOPAR, disse das documentações em seu poder, como a Secretaria do Planejamento, da Cultura e Esporte e FUNDEPAR. O Deputado Nestor Baptista recebeu documentação do DER, dizendo não haver recebido a documentação da PARANATUR. O Deputado Sabino Campos disse da documentação referente ao BADEP, em seu poder, e da SUREHMA que não lhe havia sido entregue; dizendo ainda estar esta documentação incompleta. O Deputado Paulo Furiatti disse da documentação referente ao Tribunal de Contas e Secretaria da Agricultura pedindo prazo para estudo. A Presidência colocou em votação a designação do Deputado José Fonseca para relator da matéria referente ao DER, tendo a aprovação do Plenário. O Deputado Adhail Sprenger Passos foi na ocasião designado relator da matéria referente ao COMEC. Colocada a palavra livre, o Deputado Adhail Sprenger Passos solicitou fosse concedido na pauta da próxima reunião o depoimento dos Deputados quando da visita à Penitenciária de Tamarana. Este depoimento ficou então marcado para a reunião do dia 13 de junho próximo. O Deputado Sabino Campos colocou a situação do Dr. Mauro Todeschini, sendo a mesma devidamente definida em colocação da Presidência. Disse também o Sr. Presidente dos assessores desta CPI dos Quadros do Tribunal de Contas e Procuradoria Geral da Justiça, que apesar de

designados não deram sua contribuição, devendo os mesmos serem devolvidos aos seus órgãos de origem. O Deputado Paulo Furiatti requereu diligências em relação à BANESTADO Reflorestadora. O Deputado Nestor Baptista encaminhou material referente a irregularidades no Porto de Paranaguá, solicitando diligências. Nada mais havendo a ser discutido o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata, que lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Ayrton Alves Aranha — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 21ª Reunião Ordinária

Aos 31 dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 09:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Srs. Deputados Nestor Baptista, Fiori Luiz, Márcio Almeida, José Fonseca, Orlando Pessuti e Sabino Campos. Havendo número legal, o Sr. Presidente dá por iniciados os trabalhos, convocando o Secretário para fazer a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunicou o recebimento dos Ofícios de números ATCC-2331/84, de 30/04/84 encaminhado pela Presidência da Assembléia, protocolado em 28/05/84, sendo observado pelo Sr. Presidente a demora do recebimento; SEGR/SECRE/0966/84, que após a leitura, deixou à disposição do Sr. Deputado relator da matéria, Sabino Campos, e Ofício número 905/84, encaminhado pela Presidência da Casa, ficando à disposição do Deputado Paulo Furiatti. Na sequência, o Sr. Presidente arrolou os ofícios expedidos de números 40, 38, 39, 43, 10, 42, 37, 36, 34, 33, 35, 09 e 27/84. Da pauta, oitiva da testemunha Nilton Soares de Oliveira, referente à CAFE DO PARANÁ. Este, após prestar o compromisso legal, foi inquirido pelo Sr. Deputado Fiori Luiz, conforme consta da lista de inscrição e das notas taquigráficas. Em virtude da ausência da segunda testemunha, Sr. Sérgio Izaias Alberti, por não ter sido localizada, o Sr. Presidente pergunta ao Deputado Fiori Luiz se haverá necessidade de uma nova tentativa de localização, o que o mesmo dispensa, pois o processo já se encontra em fase de

inquérito policial. O Deputado Paulo Furiatti apresenta requerimento solicitando seja oficiado à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, para que aquele órgão envie a esta Comissão, cópia da inicial e demais documentos que integram a Ação Popular contra atos do Tribunal de Contas, cujo requerimento é aprovado. O Deputado José Fonseca apresenta requerimento solicitando o arquivamento do processo da SANEPAR, pelo fato de se encontrar encerrado, sendo o mesmo aprovado. O Deputado Fiori Luiz pergunta ao Sr. Presidente quais e quantos processos já teriam sido encaminhados à Procuradoria, sendo informado de que foram quatro conclusões de relatórios para as providências no caso. O Deputado Sabino Campos deveria apresentar hoje o roteiro do BADEP, no entanto encontra-se ausente, ficando portanto para a próxima reunião. O Sr. Presidente consulta o Deputado Nestor Baptista se já recebeu a documentação da Secretaria dos Transportes e PARANATUR, sendo informado que sim, ficando para apresentar o roteiro na reunião de treze de junho. O Deputado Fiori Luiz deveria apresentar o roteiro do processo da Secretaria de Segurança Pública, mas por motivos outros não apresentou, ficando para a próxima reunião. O Deputado Márcio Almeida deixou de apresentar o roteiro do processo da PROMOPAR, por atraso no recebimento da documentação solicitada, devendo apresentar na próxima reunião do dia 07 de junho próximo. É aprovado expediente da COPEL e Secretaria dos Transportes, os quais o Deputado José Fonseca não tinha data para apresentar o roteiro. O Sr. Presidente apresenta oficialmente o Dr. Mauro Todeschini, Promotor Público, que vem colocado à disposição desta CPI pelo Sr. Procurador Geral da Justiça, atendendo requerimento inicial da primeira reunião, por ocasião da instalação desta CPI, o qual fica à disposição dos Srs. Parlamentares; apresenta também o Sr. João Alberti Andretta e Osvaldo Marques, que passarão a prestar assessoramento à Comissão. O Sr. Presidente agradece ao Sr. Ayrton Alves Aranha pelos serviços prestados à CPI. O Deputado Nestor Baptista cumprimenta o Dr. Mauro Todeschini pelos préstimos que tem dado junto aos Srs. Deputados. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, mandando lavrar a presente ata, que lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO —
Presidente

Osvaldo Marques —
Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2.^a Sessão Legislativa da 10.^a Legislatura
Ata da 22.^a Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às 09:00 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, Nilso Sguarezi, Sabino Campos, Sérgio Spada, Dirceu Manfrinato e Nestor Baptista. Havendo número legal, o Sr. Presidente dá por iniciados os trabalhos, convocando o Secretário para fazer a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. A seguir o Sr. Presidente procedeu a leitura de ofícios e requerimentos recebidos. Ofício número 58/84, do Sr. Deputado Márcio Almeida, que solicita a oitiva do Superintendente da PROMOPAR na reunião a ser realizada no dia 28 do corrente, às 10:00 horas; requerimento do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, solicitando a oitiva do Dr. Nivaldo Costa, médico do IPE de Cascavel na reunião do dia 14 próximo, às 09:00 horas; requerimento do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, no sentido de requisitar junto à Superintendência do IPE documentação pertinente ao credenciamento e desc credenciamento do Dr. Luiz Carlos Lima, na Regional de Cascavel; ofício do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, propondo a oitiva de funcionários da Imprensa Oficial do Estado, em data a ser marcada oportunamente; o Sr. Deputado Nestor Baptista requer a prorrogação de prazo para apresentação de roteiro sobre a PARANATUR, os quais foram aprovados. Ficou estabelecido ainda, que o Sr. Deputado Nestor Baptista apresentará na oportunidade, roteiro sobre possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá. Na ocasião o Sr. Deputado trouxe documentos da EMOTRAN, empreiteira que presta serviços no referido Porto. Com a palavra o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos usou da palavra para expor três assuntos: o primeiro refere-se ao item V, do requerimento que deu origem à instalação desta Comissão, e que diz respeito a gastos adicionais de Cr\$ 78.900,00, de Cr\$... 461.000,00 com a substituição das páginas da edição abril-junho/81, na Revista "Referência e Planejamento", pelo fato de que as fotos do titular daquela Pasta não saíram do seu agrado nos três mil exemplares editados. Tal proposta mereceu aprovação dos Srs. Deputados presentes. Sobre o segundo assunto, o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos requereu verbalmente que fosse anexado à documentação da Comissão, pronunciamento

realizado nesta Casa sobre irregularidades na EMOPAR, bem como relatórios encaminhados por funcionários do referido órgão, o qual também foi aprovado. O terceiro assunto apresentado faz referência a irregularidades na Secretaria de Estado da Educação, motivo também da instalação desta CPI, no que concerne a compras efetuadas pelo Departamento de Ensino Supletivo num total de 40 milhões de cruzeiros, através de recursos repassados pelo Ministério da Educação e Cultura, sem que houvesse o devido plano de aplicação e destinação do material e equipamentos adquiridos. Diante do exposto, o Sr. Deputado requereu diligências junto à SEED, para que seja fornecida documentação sobre os destinos de tais bens, o qual foi aprovado. O Sr. Deputado ainda requereu fosse enviado expediente à SEED, solicitando o envio a esta CPI de documentação sobre a locação de imóvel por aquela Pasta, sede da Escola Profissional "República Argentina", bem como outras despesas que eleva o custo-aluno a aproximadamente 200 mil cruzeiros mensais, que também foi aprovado. Requereu ainda o envio de expediente à SEED para encaminhar cópia de Convênio realizado entre esta Pasta e a Universidade Federal do Paraná, no valor de um milhão e 600 mil cruzeiros, aprovado. Outros requerimentos do Sr. Deputado: à SEED relação de Convênios de amparo técnico firmados no período compreendido entre 1.^o de janeiro de 1982 e 31 de março de 1983, e demais informações relativas aos mesmos, aprovado. À SEED, solicitando o rol de imóveis locados no Estado para fins educacionais, fornecendo nome do locador, finalidade do imóvel, data do início e término da locação, valores financeiros envolvidos e outras informações, pertinentes ao período de 1.^o de janeiro de 82 a 31 de março de 1983; aprovado. O último requerimento diz respeito a convênio firmado entre a SEED e o FENAME, no valor de cento e vinte milhões de cruzeiros (Cr\$120.000.000,00), solicitando uma cópia do mesmo; aprovado. O Senhor Deputado ainda fez referência a convênio com a Prefeituras da Região Metropolitana, exercício de 82 e início de 83, com relação à destinação indevida de recursos financeiros. Esclareceu que para a análise dos mesmos a Comissão necessita de Assessoria do Tribunal de Contas, com o qual houve concordância do Senhor Presidente, salientando ainda que tal denúncia foi formalizada pela própria Secretaria de Planejamento, e que deverão ser tomadas as providências cabíveis. O Senhor Deputado José Antonio Fonseca requer arquivamento do expediente relativo a irregularidades no DER, para o qual o Senhor Deputado Nilso Sguarezi, solicitou vistas e que foi deferido. Requerimento de vistas por parte do Senhor Deputado Nilso Sguarezi de ofício n.º 966/84, do Banestado. Deferido. Nada mais havendo a ser tratado o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, mandando lavrar a presente ATA, que lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
OSVALDO MARQUES — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura
Ata da 23ª Reunião Ordinária

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Márcio Almeida, Adhail Sprenger Passos, José Fonseca, Nestor Baptista, Sérgio Spada, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti e Fiori Luiz. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos comunicando o recebimento dos ofícios SEGER/SECRE-1077/84 do Banco do Estado do Paraná S.A.; GDP/OD/622/84 da Cafe do Paraná; 280/84 GAB da Prefeitura Municipal de Paranaguá; e 121/84 PGE da Procuradoria Geral do Estado, comunicou também a expedição dos ofícios n.ºs 45, 46 e 47/84 - CPI/CA. Da pauta oitiva do Doutor Nivaldo Valente Costa, de Cascavel, que após apresentar o compromisso legal, foi inquerido pelo Senhor Deputado José Fonseca conforme consta da lista de inscrições e das notas taquigráficas. Com a palavra o Deputado Nestor Baptista justifica a não apresentação dos roteiros da Paranatur e do Porto de Paranaguá os quais ficaram para ser apresentados na reunião do dia 28 próximo; requereu o Deputado Nestor Baptista que a matéria do Porto de Paranaguá fosse relatada pelo Deputado Sérgio Spada. O Deputado Nilso Sguarezi se absteu de votar, justificando que foi constituída uma comissão, a nível de bancada, para analisar tal matéria. O Senhor Presidente esclarece que o assunto foi denunciado na CPI. Discordando, o Deputado José Antonio Fonseca diz que a bancada do PMDB sugeriu a criação de Comissão que, diante da documentação apresentada, faça um relatório a ser apresentado à bancada e enviado ao Senhor Governador. O Senhor Presidente coloca em votação novo relator para o Porto de Paranaguá, é aprovado o Deputado Sérgio Spada. O Deputado Paulo Furiatti requer seja transferido para a próxima reunião a apresentação do roteiro sobre a Tecpar. Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi requer o Deputado Paulo Furiatti que a apresentação deste relatório seja transferido para a próxima reunião a apresentação do roteiro sobre a Tecpar. Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi requer do Deputado Paulo Furiatti que a apresentação deste relatório, seja definitivamente na próxima reunião. Após o que, o Deputado Paulo Furiatti sugere que se transfira esta matéria para o Deputado Nilso Sguarezi, sendo aprovada tal sugestão. Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti esclareceu que o relatório final da Banestado S/A Reflorestamento será apresentado na reunião do dia 28 próximo. Fazendo uso da palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos apresenta requerimento para a oitiva de testemunhas sobre a Imprensa Oficial. O Deputado Nilso Sguarezi sugere que os requerimentos solicitando cópia das notas taquigráficas sobre a Banestado S/A Reflorestadora sejam atendidos após a conclusão da matéria. Ainda com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi sugere que a documentação sobre o DER, apesar de ter sido pedido arquivamento seja devolvido a fim de se avaliar o "quantum" do prejuízo que o Estado teve, tais

sugestões foram aprovadas. O Senhor Presidente coloca em votação a data da próxima reunião, sendo aprovada para o próximo dia dezoito às nove horas. Fica decidido, após discussão, que cópias de documentos que se encontram na Secretaria desta CPI, exceto os que forem confidenciais, só serão fornecidos às pessoas que os requisitar somente através de ofícios, com exceção da Imprensa. O Senhor Presidente faz ainda um apelo aos membros da CPI que estiverem com matérias distribuídas, que apresentem relatório no menor espaço de tempo possível. Com a palavra o Deputado Sérgio Spada solicita o acesso à documentação do Porto de Paranaguá. O Senhor Deputado Nilso Sguarezi requer vistas da documentação da Secretaria de Estado da Segurança, o que é aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

Deputado RUBENS BUENO

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Sérgio Spada, José Fonseca, Nestor Baptista, Márcio Almeida, Adhail Sprenger Passos, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi e Paulo Furiatti. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos, convocando o Secretário para a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. Em seguida o Presidente leu os ofícios recebidos sob n.ºs 1.278/84 da Secretaria da Administração, 378/84 da Secretaria dos Transportes, comunicou também a expedição dos ofícios n.ºs 48, 50, 51 e 52/84 - CPI/CA. Da pauta oitiva dos Senhores Rodrigo Manoel Marchesini de Freitas, que após prestar o compromisso legal, foi inquerido pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, conforme consta da lista de inscrições e das notas taquigráficas; e Senhor Saulo Kosel Teixeira, que após prestar o compromisso legal, foi inquerido pelo Deputado Adhail Sprenger Passos conforme consta da lista de inscrições e das notas taquigráficas. Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi, que teceu algumas considerações com referência a Tecpar, sugerindo a oitiva dos Senhores Edmundo Reichmann e Luiz Carlos Blanc. O mesmo Deputado comenta com severidade sobre o ofício encaminhado pela Direção do Banestado, em que o mesmo alega não poder dar cumprimento à requisição desta CPI, por estar violando sigilo bancário. O Deputado Nilso Sguarezi apresentou um parecer contendo vasta jurisprudência refutando o alegado pelo Banco, o qual foi aprovado e será encaminhado juntamente com ofício desta CPI ao Banestado para o cumprimento das informações requeridas. Ainda com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi, informa que o roteiro específico sobre a Secretaria de Segurança não foi possível concluir, ficando de apresentá-lo na próxima reunião. Com a

palavra o Deputado Sérgio Spada que tem sob sua responsabilidade o roteiro sobre denúncias com relação à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, justificou a maneira com que pretende elaborar o roteiro, sugeriu uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, dia vinte e seis, e oitiva dos Senhores Felisbino Pinto do Nascimento, Heraldo Lage Rodrigues, Admilson Morgado Lima, Massami Takayama e José Vicente Elias, o que foi colocado em votação e aprovado. Com a palavra o Deputado Fiori Luiz, em função do momentoso assunto, matéria referente ao Porto de Paranaguá, questionou da possibilidade de marcar reuniões que forem necessárias. O Senhor Presidente informou que conforme solicitação do Deputado Sérgio Spada, a oitiva dos depoentes acima mencionados estava marcada para o dia 26 próximo, e que haverá possibilidade de apresentar relatórios na quinta-feira, dia 28. O Deputado José Fonseca apresenta requerimento pedindo diligência junto ao IPE, que após leitura é aprovado. O Senhor Presidente de posse do fichário apela aos relatores das várias matérias distribuídas que apresentem no menor espaço de tempo os roteiros e respectivos relatórios. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

Deputado RUBENS BUENO

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Adhail Sprenger Passos, Nestor Baptista, Dirceu Manfrinato, José Fonseca, Sérgio Spada, Fiori Luiz, Sabino Campos e

Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Sr. Presidente dá por iniciados os trabalhos, convocando o Secretário para a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. Em seguida o Sr. Presidente comunicou o recebimento do Ofício n.º 3917/84 da Corregedoria da Justiça, como também o requerimento do Sr. Antônio José de Santana Lobo Neto, o qual foi entregue ao Deputado José Fonseca para apresentar resposta ao requerente. O Sr. Presidente faz solicitação ao Deputado Orlando Pessuti para que apresente relatório sobre a BANESTADO Reflorestadora na próxima reunião, e se tal não ocorrer, terá que designar novo relator para esta matéria. Na sequência, o Sr. Presidente faz a leitura dos ofícios expedidos sob os n.ºs 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62 e 63/84-CPI/CA. Da pauta oitiva das testemunhas abaixo relacionadas, referentes ao Porto de Paranaguá: Felisbino Pinto do Nascimento, Heraldo Lage Rodrigues, Admilson Lanes Morgado Lima, Massami Takayama e José Vicente Elias; as quais após prestarem o compromisso legal, foram inquiridas pelos Srs. Deputados, conforme consta da lista de inscrições e das notas taquigráficas. É marcada a presença, em visita a sala de reuniões desta CPI, dos Srs. Deputados Roberto Requião, Fuad Nacli e Homero Oguido. O Sr. Deputado Nilso Sguarezi solicita prorrogação para o mês de agosto próximo, da apresentação do roteiro específico referente à Secretaria de Segurança. Com a palavra, o Deputado Nestor Baptista apresenta proposta de roteiro específico referente à PARANATUR. O Sr. Deputado Orlando Pessuti fica responsável da apresentação, para a próxima reunião, do relatório sobre a BANESTADO Reflorestadora. O Deputado Sabino Campos faz justificativa da não apresentação do roteiro referente ao BADEP. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente marca outra reunião para o próximo dia vinte e oito, quinta-feira, e encerra a presente reunião, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) Deputado RUBENS BUENO - Presidente
OSVALDO MARQUES - Secretário

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO – COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 -- Tesouraria	461.555.696,91	PESSOAL	461.555.696,91
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 -- Pessoal Civil	2.727.800.000,00
202.111.11 -- Pessoal Civil	2.723.891.856,00	211.104 -- Obrig. Patronais	185.828.000,00
202.111.22 -- Obrigações Patronais	187.901.044,00	211.105 -- Inativos	680.500.000,00
202.112. -- Material de Consumo	112.634.810,46	211.106 -- Pensionistas	163.500.000,00
202.113. -- Serv. de Terc. e Encargos	1.092.324.606,33	211.107 -- Salário Família	13.500.000,00
202.114. -- Desp. dos Exerc. Anteriores	1.952.502,47	211.108 -- Out. Transf. a Pessoas	1.000.000,00
202.121. -- Subvenções Sociais	106.662.000,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	3.772.128.000,00
202.122.1 -- Inativos	679.112.125,00	211.201 -- Material de Consumo	115.000.000,00
202.122.2 -- Pensionistas	162.699.748,00	211.202 -- Serv. de Terc. Encargos	1.071.538.000,00
202.122.3 -- Salário Família	13.333.372,00	211.203 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	2.000.000,00
202.122.4 -- Apoio Financ. a Estudantes	- o -	211.204 -- Subvenções Sociais	141.462.000,00
202.122.5 -- Assist. Méd. Hospitalar	30.000.000,00	211.205 -- Apoio Financ. a Estudantes	- o -
202.122.6 -- Outras Transf. a Pessoas	535.602,00	211.206 -- Assist. Méd. Hospitalar	45.000.000,00
202.131. -- Obras e Instalações	362.499.999,99	CAPITAL	465.000.000,00
202.132. -- Equip. e Mat. Permanente	33.675.105,00	211.301 -- Obras e Instalações	25.000.000,00
CONTAS PENDENTES		211.302 -- Equip. e Mat. Permanente	490.000.000,00
203.101 -- Despesas Deferidas	- o -	CREDITORES	5.637.128.000,00
203.201 -- Out. Contas Pendentes	- o -	212.101 -- Despesas Empenhadas	111.503.299,87
203.202 -- Diver. Responsáveis	549.358,00	213.101 -- Despesas Processada	214.181.568,00
TOTAL ATIVO		213.20 -- Folha de Pagamento	- o -
5.969.327.826,16	5.969.327.826,16	213.30 -- Restituições	677.359,62
		CONTAS PENDENTES	2.273.916,03
		215.101 -- Out. Contas Pendentes	2.273.916,03
		RESTOS A PAGAR	3.421.131,64
		216.10 -- Empenhadas	142.551,00
		216.209 -- Processadas Creditores	- o -
		216.30 -- Cred. em Consignações	- o -
		216.405 -- Proc. Fol. Pagamento	3.563.682,64
		CREDITORES DIVERSOS	- o -
		217.10 -- Consignações	- o -
		TOTAL DO PASSIVO	5.969.327.826,16

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 04 de junho de 1984.

(a) DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

(a) COORDENADOR DE CONTABILIDADE

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
BALANCETE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1984

A T I V O	P A S S I V O		
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Caixa	28.845.118,00	Seguros a Recolher	252.780,00
Banco do Estado do Paraná – C/C 3138	670.394,87	Títulos Descontados	780.000.000,00
Banco do Estado do Paraná – C/C 29600	2.349.810,96		780.252.780,00
	31.865.323,83		
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Banco do Estado do Paraná – Poupança	959.549.799,60	Patrimônio Líquido	676.585.397,46
Caixa Econômica Federal – Poupança	85.632.076,81		
Valores Mobiliários	441.991.058,17		
Empréstimos Concedidos	29.104.552,42	RECEITA	
Títulos a Receber	780.000.000,00	Renda de Contribuições	415.148.933,00
	2.296.277.487,00	Renda de Títulos	498.929.507,45
		Juros de Empréstimos	20.402.076,79
		Outras Rendas	18.579.680,98
			953.060.198,22
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100,00		
DESPESA			
Inativos	79.058.503,00		
Serviços de Terceiros	325.636,00		
Materiais de Consumo	279.055,00		
Seguros	169.085,00		
Despesas Bancárias	1.601.637,85		
Representações	291.528,00		
	81.725.464,85		
TOTAL DO ATIVO	2.409.898.375,68	TOTAL DO PASSIVO	2.409.898.375,68

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 2.409.898.375,68 (dois bilhões, quatrocentos e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros e sessenta e oito centavos).

(a) TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR-6635